

Nº 327
MAIO
2003
R\$ 3,00

PUBLICAÇÃO
DA TENDÊNCIA
DEMOCRACIA
SOCIALISTA
DO PT

DEPOIS DE 100 DIAS DE GOVERNO

A luta para que o programa definido pelo PT e pelos partidos de esquerda, previamente às eleições, dirija os esforços de mudança conduzidos pelo governo Lula é um referencial central para a avaliação do período inicial de governo. Desse ponto de vista não basta considerar crítica e criteriosamente, mas de forma isolada, as iniciativas do governo; é preciso ver também como vem se posicionando frente a elas o PT, demais partidos de esquerda e os movimentos sociais que foram base fundamental para a vitória de Lula; como elas se inserem na dinâmica de conflitos políticos e sociais desencadeada com a conquista do governo central pelo PT.

O balanço inicial do PT

O primeiro balanço do governo Lula realizado pelo Diretório Nacional do PT (DN/PT), na reunião dos dias 15 e 16 de março, considerou de modo geral positivo o andamento inicial do governo - a resolução aprovada está disponível em www.pt.org.br.

Fez alguns destaques importantes assinalando o acerto das políticas do governo nessas áreas, como na política externa. Isso se deu antes do ataque dos EUA ao Iraque e, certa-

Esse é o dilema político que está colocado: na medida em que algumas posições centrais do Governo resvalam para o aprofundamento da política neoliberal, a força que se opõe, ainda que constrangida, é o PT!

mente, a posição assumida pelo governo brasileiro contra a guerra, reforça a avaliação positiva da política externa.

No que toca à política econômica, principal polêmica no partido desde as primeiras medidas do governo, a maioria do DN procurou justificá-la argumentando com a situação herdada e que a política seguida inicialmente seria válida apenas para um período de transição, uma etapa inicial de governo. Não ficou claro, no entanto, nem no texto aprovado nem no debate, de que modo uma política que continua a anterior em seus aspectos básicos (e que no as-

pecto fiscal até a radicalizava) permitiria a transição para uma outra política econômica.

Assim a transição aparecia como um período de melhoria da situação econômica utilizando a política do governo anterior; uma vez obtida, as condições para outra forma de condução econômica estariam dadas. Como, porém, se daria essa passagem? Como o aprofundamento de compromissos com a política econômica neoliberal poderia permitir a sua substituição por outra? Para aprofundar o debate foi decidido realizar um seminário do DN sobre política econômica e desenvolvimento.

Em relação às reformas do novo governo, a resolução aprovada pelo DN/PT remete ao Programa de Governo para defender que sejam encaminhadas simultaneamente cinco grandes iniciativas: reforma política, reforma agrária, reforma trabalhista, reforma tributária e reforma previdenciária. Em relação a esta última, reafirma os termos do Programa. Também foi aprovado um seminário sobre a reforma da previdência.

► Continua na página 3

NESTA EDIÇÃO:

Para que serve a autonomia do BC?

Por João Machado
Páginas 4 e 5

Globalização da Guerra

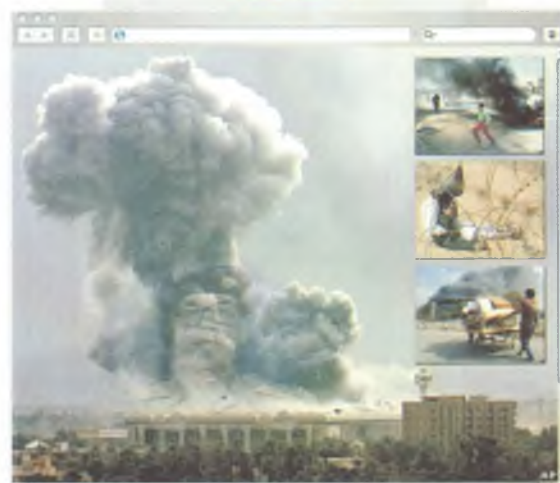
Análises de Marie Pontet e Gilbert Achcar
Páginas 7, 8 e 9

Fórum Social Mundial

Por José Correa Leite
Página 10 e 11

Congresso da IV Internacional

Por João Machado
Página 14



ENQUANTO ISSO, NOS ESTADOS UNIDOS...



FOLHA DE SÃO PAULO, 18 DE ABRIL DE 2003

MULHERES NA LUTA PELA VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO

A Marcha Mundial das Mulheres deu início, em 17 de outubro de 2002, aos debates sobre a valorização do salário mínimo. O resultado foi a organização de uma campanha concebida em várias etapas, combinando ações no âmbito local, regional e nacional, contando com atividades de educação popular, eventos públicos de visibilidade e negociação junto ao Legislativo e Executivo.

O aumento do salário mínimo é fundamental para distribuir renda e para combater a pobreza entre as mulheres, em particular as negras, que em sua maioria recebem o salário mínimo. Tendo como um de seus eixos principais a luta pelo fim da pobreza, o aumento do salário mínimo é para a Marcha Mundial das Mulheres no Brasil uma política fundamental para combater as desigualdades e aumentar os rendimentos das mulheres.

O compromisso com a construção de um país mais justo e igualitário passa por uma política econômica que possibilite uma expressiva elevação dos salários de base. Aí reside a importância de uma política de elevação progressiva do salário mínimo como um elemento fundamental para a elevação dos salários de base e dos benefícios da previdência social. Trata-se de um dos instrumentos de combate à escandalosa desigualdade dos rendimentos e da insuportável injustiça social.

Nossa proposta para o aumento do salário mínimo tem como horizonte um valor que represente uma distribuição de renda mais justa. Por isto utilizamos como referência o valor equivalente a 60% do PIB (Produto Interno Bruto) dividido pela PEA (População Econômica Ativa), desconsiderando-se as crianças de 10 a 14 anos. Em valores de 2002 chegamos a R\$ 730,00. Sabemos que este valor não pode ser definido por decreto de um dia para o outro.

Propomos reajustes anuais com a correção total da inflação medida por índice que se aproxime do consumo das pessoas de baixa renda, mais um aumento real de 20% durante os primeiros 4 anos. Essa valorização permitirá dobrar o valor do atual salário mínimo e no prazo de 4 anos alcançar um salário mínimo de 60% do PIB per capita.

A Marcha irá lançar materiais de divulgação e esclarecimento da campanha e já nas comemorações do 1º de Maio estará participando das atividades e manifestações, inclusive para informar o conjunto de trabalhadoras e trabalhadores sobre a campanha.

Mais informações, textos e artigos podem ser obtidos na página eletrônica da Marcha: www.sof.org/mulheres

Nalú Faria

ALIANÇA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Diante dos desafios e das possibilidades abertas com a vitória de Lula vários movimentos e entidades, entre os quais a CUT e o MST, iniciaram a organização de uma aliança social nacional orientada para a superação do modelo neoliberal.

Um espaço plural de intercâmbio de idéias e propostas, de discussão de métodos e formas de lutas, de construção de unidade estratégica, mas principalmente um instrumento para reforçar e impulsionar iniciativas e dar vida a uma agenda comum que defenda um projeto popular para o país.

Deverá ser composto por movimentos, organizações de caráter nacional e interestadual, além de intelectuais e artistas que participariam como convidados. Não serão convidados partidos políticos e as diferentes correntes ideológicas se expressarão através da pluralidade de visões que existem nos movimentos de massa. O que se busca é uma articulação horizontal movido para a construção da unidade, assentada numa plataforma e agenda comuns que se materialize em ações concretas de massa.

Está em curso a elaboração de um documento que expresse a plataforma política desta aliança de movimentos sociais. Deverá conter quatro blocos. Um primeiro que desenvolva uma visão estratégica centrada na defesa da soberania nacional e na luta contra a dominação imperial. A ação imperialista dos

Estados Unidos, a militarização, a Alca, a OMC, o FMI, a dívida externa, transgênicos, entre outros, são temas que deverão constar deste bloco.

O segundo bloco refere-se à construção de um projeto de desenvolvimento para o Brasil. Aqui se trata de definir uma agenda estratégica que represente uma efetiva melhoria das condições de vida da população brasileira. Soberania nacional, distribuição de renda, políticas de emprego, reforma agrária, moradia são alguns dos elementos a partir dos quais deve se estruturar um novo padrão de desenvolvimento.

As reformas propostas pelo governo – previdenciária, tributária –, além da educacional compõem o terceiro bloco. Para cada uma delas deverão ser construídas propostas que expressem a unidade dos movimentos e os oriente na disputa em curso.

Toda esta elaboração deve vir acompanhada de uma visão comum sobre como fazer a disputa de hegemonia na sociedade, sobre como fazer com que grandes maiorias sociais se posicionem e se movam na luta pelas mudanças sociais. E, para isso, é fundamental que sejamos capazes de transformar as demandas sociais em propostas políticas e mobilizações com capacidade para alterar a correlação de forças. E este é o quarto bloco.

A importância desta iniciativa de construção da unidade popular está no fato de que a existência de uma maioria social organizada e atuante é condição para que a esperança se transforme em mudanças sociais.

A S S I N E

CORREIO DA CIDADANIA

Assinatura anual (50 números) - R\$ 50,00
Assinatura semestral (25 números) - R\$ 25,00

Telefax: (011) 3021-5409 E-mail: correio@cidadanet.org.br

A S S I N E

LE MONDE
diplomatique

Assinatura anual (12 números) - R\$ 48,00
Agora em português e na Internet (edição eletrônica)

Telefone: (11) 282-4929 - Site: www.diplo.com.br

A S S I N E

REVISTA SEM
TERRA

Assinatura anual (4 números) - R\$ 25,00

Fone/Fax: (011) 3361-3866 - E-mail: semterra@mst.org.br

teoria e debate

principal fórum de debate e divulgação da elaboração política do PT nos últimos 15 anos

LEIA E ASSINE

Assinatura anual (4 edições) R\$ 32,00 • Assinatura bianual (8 edições) R\$ 60,00
Tel. (11) 5571.4299 • assinaturatd@fpabramo.org.br • www.fpabramo.org.br

EM TEMPO

MINHA OPÇÃO DE ASSINATURA É:

☐ APOIO: 50,00

☐ NORMAL: 30,00

NOME:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE:

UF:

CEP:

FONE:

E-MAIL:

Envie juntamente com o cheque nominal a **EDIÇÕES ET LTDA**, Rua Albulquerque Lins, 633 - Sta Cecília - São Paulo/SP - CEP 01230-001 ou faça contato pelo telefone (011) 3667-3476. **Sucursal RS:** Rua General Auto, 354 - Centro - Porto Alegre/RS - CEP 90010-380 - Fone: (51) 226-5450. A assinatura é de 10 edições. Os assinantes de apoio recebem junto com o jornal os "Cadernos EM TEMPO".

Jornal **Em Tempo** é uma publicação de Edições ET Ltda.
Rua Albulquerque Lins, 633 - Sta Cecília - São Paulo/SP - CEP 01230-001
Fone (11) 3667-3476 - Fax (11) 3666-5550 - E-mail: emtempo@uol.com.br
Jornalista Responsável: Célia Regina de Souza (MTb 18663 DRT/SP).
Equipe de Edição: Carlos Henrique Árabe, Joaquim Soriano, João Machado, Caio Galvão de França, Caco Bisol e Márcia Helena Ramos.
Fechamento desta edição: 28 de abril de 2003.

Impressão: Extra Copy Gráfica e Editora Ltda. - Fone: (11) 6331-9032
Fotolitos: Input - Fone: (11) 3666-4311

▶ continuação da capa

DEPOIS DE 100 DIAS DE GOVERNO



MAX ERNST, DAS FLOß DER MEDUSA, 1963

Passada fase Inaugural do governo, o partido deve acordar para a realidade da disputa política no governo e na sociedade.

Não há automatismo entre ser o principal partido no governo e o direcionamento programático das ações de conjunto do governo.

A carta ao FMI em nome do governo brasileiro afirmou, entre outros aspectos problemáticos, o compromisso de aprovar o polêmico PL-9 (sobre o teto de pensão e a previdência complementar dos servidores públicos), privatizar antigos bancos estaduais que foram federalizados (ver artigo nesta edição) e utilizar a emenda constitucional que fragmenta a regulamentação do sistema financeiro para efetivar a autonomia operacional do BC – a carta está disponível em www.fazenda.gov.br. Em todos estes aspectos as posições do Governo não têm a sustentação do PT. Particularmente em relação ao Banco Central (ver matéria nesta edição), a posição da bancada do PT vai na direção contrária. E, na verdade, quem sustentou a posição encaminhada ao Sr. Kohler foi a bancada do PSDB. Esse é o dilema político que está colocado: na medida em que algumas posições centrais do Governo resvalam para o aprofundamento da política neoliberal, como no caso da autonomia do Banco Central (que não foi implementada pelo governo FHC, lembre-se!), a força política que sustenta e se identifica com esta linha é justamente o PSDB. E a força que se opõe, ainda que constrangida, é o PT! Na verdade, este dilema é a contraface política do continuísmo observado na política econômica. E formam, ambos, o que podemos caracterizar como o principal problema do governo, condensador dos antagonismos programáticos e de interesses econômicos que convergem para dentro do governo.

Com a apresentação das propostas de reforma tributária e previdenciária de alguma forma este dilema político, possivelmente, estará se rerepresentando. Um exame detido destas propostas deverá ser feito e a construção de contribuições alternativas a partir do debate do PT e dos partidos de esquerda, em contato com a elaboração e a mobilização dos movimentos sociais, é um caminho fundamental

para que estas iniciativas do governo possam, efetivamente, expressar o conteúdo de reformas democráticas.

Transição às avessas

No dia 10 de abril, o Ministério da Fazenda divulgou um amplo documento (disponível no site do Ministério) com as diretrizes que orientam a política econômica. É importante discuti-lo, inclusive naquilo que não é explícito – não trata, por exemplo, da inflação, tema considerado prioritário pela própria equipe econômica.

Para o que discutimos aqui, interessa registrar agora que o documento torna inútil o conceito de transição utilizado pelo Diretório Nacional – política para uma etapa inicial do governo –, assim como o que foi definido pelo Programa de Governo – a transição já conteria elementos de uma nova política econômica.

A “transição às avessas” proposta pelo documento significa a permanência dos atuais parâmetros de política econômica que devem durar todo o mandato – na verdade, projeta sua continuidade para outro mandato presidencial! Não se trata de uma transição para outro modelo, mas um aprofundamento e tentativa de consolidação justamente daquelas diretrizes consideradas pelo DN/PT apenas como provisórias e que deveriam ser superadas, para então estabelecer uma política de crescimento e distribuição de renda. O documento do Ministério da Fazenda tenta fundar um outro programa de governo. Ele é baseado na ideologia de que o mercado promove o desenvolvimento, a distribuição de renda e o bem-estar social. Basta o poder público não atrapalhar.

Até agora a presença dos movimentos sociais na mobilização pela conquista de seus interesses tem sido pontual, não

ganhou uma dimensão política e nem um processo de unificação. Ela parece ainda se basear numa expectativa de que a relação entre movimentos específicos e governo é suficiente para a consecução de políticas que privilegiem os interesses populares. Isso pode ser eficaz para conquistar aspectos pontuais mas para mudanças de maior expressão e para a modificação da estrutura de poder e riqueza na sociedade, não. Além disso, a disputa de rumos do governo não se faz sem uma vigorosa disputa na sociedade, sem uma permanente politização dos próprios movimentos sociais, sem amplas mobilizações e sem que entrem em choque os interesses contraditórios da sociedade.

Uma dinâmica passiva dos movimentos pode resultar em um duplo risco: o de recuar o nível de consciência sobre os seus próprios interesses e passar a assumir uma lógica absurda de movimentos à reboque do governo; e, pior, o de ver as classes dominantes, sobretudo as suas frações ligadas ao capital financeiro, se articularem e agirem de maneira eficiente para condicionarem os limites de mudança do governo.

Momento de construção

A agenda do PT é rica em debates no próximo período; é preciso reforçá-la e trabalhar para que o processo partidário seja capaz de formular posições e de sustentá-las nas disputas políticas e ideológicas que temos pela frente. Esta é uma das condições fundamentais para que as concepções programáticas longamente construídas pelo partido possam prevalecer na condução do governo.

Passada o que podemos chamar de fase inaugural do governo, o partido deve acordar para a realidade da disputa política no governo e na sociedade. Não há automatismo entre ser o principal

partido no governo e o direcionamento programático das ações de conjunto do governo. A relação deste com a sociedade, vale dizer, com a luta de classes, se dá a partir de uma condição de derrota do projeto que até então expressou os interesses dominantes, mas que deu lugar a um programa de mudanças ao lado de um conjunto de compromissos ambíguos de continuidade do projeto derrotado. O processo que se abre, então, é de disputas pelos rumos do governo.

O PT vem afirmando seu papel de defesa do governo e ao mesmo tempo de autonomia para construir posições e interferir na dinâmica política. Não pretende ser uma correia de transmissão do governo. Isso vem sendo afirmado nas resoluções do partido. E no principal ponto de tensão até agora, que foi a votação sobre a regulamentação do sistema financeiro, o partido expressou autonomamente uma posição diferente da do governo – a crítica ao esforço oficial de ceder mais espaço aos interesses financeiros no controle do Banco Central – e conseguiu subordinar o encaminhamento dessa questão a um amplo e aprofundado debate partidário.

Obviamente o debate sobre as reformas tributária (esta possivelmente pelo que falta, pelos seus limites) e previdenciária (pelo acentuado viés fiscalista e pela já citada defesa de isenção dos aposentados de qualquer contribuição) recolocarão a necessidade de autonomia para expressar as posições do partido e lutar contra os interesses da direita que disputarão o resultado final.

E naquilo que envolve opções de mais longo prazo, como as concepções e os eixos da política econômica, já há encaminhamentos, que devem ser reforçados, para que o partido efetivamente debata e estabeleça posições para referenciar o governo. É importante que este processo interaja com outros partidos de esquerda e que no seu conjunto haja uma interação construtiva com o processo de direção do governo.

O significado da autonomia do Banco Central é reduzir a capacidade de fazer política macroeconômica do governo. Faz sentido para quem acredita que a política econômica deve ser “despolitizada”, que o povo não deve se imiscuir nela, que ela deve ficar a cargo de banqueiros e congêneres. Não faz sentido, portanto, para um governo do PT.

João Machado

A proposta de independência ou de autonomia dos bancos centrais tem sido, nos últimos anos, uma das favoritas dos mercados financeiros, da imprensa econômica liberal e dos economistas ortodoxos. No Brasil, ela começou a ser encaminhada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, e ganhou impulso ao ser incluída no acordo em vigor com o FMI. Embora o PT e a CUT sempre tenham se posicionado enfaticamente contra ela, o governo Lula anunciou a intenção de levar à prática uma forma de “autonomia operacional”, que vai essencialmente na mesma direção.

Autonomia e (neo)liberalismo

Esta proposta faz parte de um movimento político-econômico (o neoliberalismo) cujo grande objetivo é restaurar o mais possível as condições que vigoravam no fim do século XIX e no início do século XX, antes da I Guerra Mundial. Nesta época, não se pensava, em geral, que a política econômica devesse almejar “objetivos sociais”. O desemprego ou a má distribuição de renda, por exemplo, não eram considerados de responsabilidade do Estado; eram tratados pela visão dominante como problemas privados e, no limite, individuais, e associados à preguiça ou ao banditismo.

As equipes econômicas se ocupavam apenas dos problemas que interessavam às classes dominantes: cuidar das reservas de ouro para garantir a conversibilidade das moedas, defender o sistema bancário, regular as taxas de juros de acordo com estes objetivos, manter a solvência dos Estados, equilibrar os orçamentos.

A teoria econômica neoclássica, a ortodoxia da época, justificava esta visão. Para isto, afirmava disparates como o de que todo o desemprego é voluntário (isto é, desempregados eram os que preferiam não trabalhar pelo salário que lhes era oferecido no mercado; ou tinham escolhido individualmente o desemprego, ou tinham sido obrigados a isto por seus sindicatos). Admitia-se apenas a possibilidade do desemprego involuntário friccional, isto é, de pessoas em trânsito entre

PARA QUE SERVE A AUTONOMIA



um posto de trabalho e outro, que ainda não haviam encontrado a vaga que esperava por elas, desde que aceitassem o salário devido.

Esta visão fantasiosa do mercado de trabalho era parte da concepção geral liberal de que os mercados se auto-regulam da melhor maneira. Supunha-se que a oferta criaria, no global, sua própria demanda (lei de Say), e que o equilíbrio atingido a partir do mercado garantiria a maior satisfação social possível. Se a política econômica não devia preocupar-se com problemas sociais, não havia risco de que violasse os interesses dominantes. Esse era o clima geral da teoria e da política econômicas na belle époque do liberalismo econômico.

Politizando a política econômica

A grande depressão dos anos 1930 e, principalmente, a publicação em 1936 da Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro, por John Maynard Keynes, acabaram com isso. Este autor percebeu que a teoria dominante levava a conclusões absurdas. Atacando alguns de seus dogmas, como a lei de Say, desenvolveu uma teoria de enormes implicações políticas práticas.

Ele fundamentou a visão de que, numa economia capitalista, o Estado precisa intervir para corrigir o funcionamento dos

mercados, especialmente para minorar “os dois principais defeitos do mundo econômico em que vivemos”: “a sua incapacidade para garantir o pleno-emprego e a sua arbitrária e desigual distribuição da riqueza e dos rendimentos” (Teoria Geral, Capítulo 24). Recomendou que os governos procurassem sustentar a demanda agregada, com políticas fiscais e monetárias, e melhorar a distribuição da renda. Defendeu especialmente um esforço permanente para manter baixas as taxas de juros; isto ampliaria o emprego e reduziria a remuneração dos capitais, e portanto melhoraria a distribuição de renda e de riqueza.

Esta mensagem teve um imenso impacto, beneficiando-se das condições político-sociais vigentes durante a Grande Depressão e depois da II Guerra. Uma das suas consequências foi politizar a política econômica, incorporando-lhe objetivos sociais. Assim, ela passou ser debatida por sindicatos e partidos de trabalhadores, e deixou de ser assunto apenas de banqueiros e especuladores. É evidente que, desta forma, os interesses destes senhores poderiam ser, eventualmente, contrariados.

As classes dominantes não foram em geral prejudicadas pela política econômica de inspiração keynesiana, posta em prática nos países capitalistas depois da II Guerra Mundial. Elas se beneficiaram — mas não o fizeram sozinhas. Com o gran-

de progresso tecnológico de então, nos trinta anos que se seguiram a 1945 os assalariados e as camadas populares também ganharam alguma coisa, nos países capitalistas centrais e em boa parte dos dependentes.

Hegemonia neoliberal

Esta situação nunca foi aceita pelos saudosistas da velha ordem e da velha ortodoxia. Durante anos, os (neo)liberais foram extremamente minoritários; mas a crise inflacionária da década de 1970 devolveu-lhes credibilidade e influência. Desde os anos 1980 tornaram-se dominantes nos países capitalistas; a derrocada da URSS e de seu campo reforçou-os ainda mais.

Desde os anos 1960 Milton Friedman e outros liberais obstinados vêm afirmando que a capacidade de intervenção do Estado em questões como o volume global de emprego se restringiria apenas ao curto prazo. Ou seja: o governo só poderia fazer a economia se desviar de sua trajetória de longo prazo provisoriamente; seria possível conter o desemprego abaixo de sua taxa natural por algum tempo, mas o custo disto seria uma aceleração inflacionária. O desemprego voltaria, e a economia sairia perdendo com a desorganização resultante da escalada inflacionária.

Friedman definiu seu conceito-chave, a taxa natural de desemprego, como aquela

DO BC?

em que há equilíbrio entre oferta e demanda de mão-de-obra (com os trabalhadores avaliando corretamente seus salários reais). Voltamos portanto à teoria absurda, mas conveniente para os capitalistas, de que o desemprego é voluntário.

A partir da década de 1970, sob a liderança de Robert Lucas, a escola chamada de "nova economia clássica" reforçou o campo liberal ("economia clássica" era como Keynes chamava a economia ortodoxa de seu tempo; Lucas e seus correligionários pretendiam explicitamente voltar a esta ortodoxia), e radicalizou as concepções friedmanianas. Ela afirma que o governo só pode influenciar a economia real, mesmo no curto prazo, se surpreender os agentes econômicos. Mas a consequência seria ainda pior do que na análise de Friedman: ao retorno da economia à sua trajetória natural somar-se-ia a questão-chave da perda de credibilidade das autoridades econômicas. Apesar disso, dizia-se que os governos tentariam fazer coisas deste tipo, uma vez que, pressionados por horizontes eleitorais de curto prazo, estarão dispostos a sacrificar o futuro para ganhar dividendos políticos no presente.

Em resumo, para os economistas liberais, o governo não pode melhorar a economia real buscando acelerar o crescimento e reduzir o desemprego. E seria em geral ruim ele tentar mudar a distribuição de renda e de riqueza existentes. De novo, viva o mercado!

Ampliar a capacidade de governo

Estes raciocínios que atribuem aos mercados poderes divinos concluem que é conveniente reduzir as possibilidades do governo para fazer política econômica. Friedman propôs "amarrar as mãos" do Banco Central, estabelecendo regras rígidas para a sua atuação (como uma expansão regular e pré-definida do estoque de moeda da economia). Mas isto não funcionou, e depois, desde o fim dos anos 1980, a proposta da independência (ou autonomia) dos bancos centrais ganhou o favor dos teóricos liberais. No lugar de "amarrar" os banqueiros centrais, seria preciso "libertá-los" da influência perniciosa dos governos. Assim eles ficariam livres para buscar seu único objetivo supostamente "natural", a estabilidade de preços. Este objetivo é reforçado na versão mais recente desta proposta, a da definição de metas de inflação para balizar a atuação do BC.

O significado da autonomia do Banco Central, portanto, é o de reduzir a capacidade de fazer política macroeconômica do governo. Esta proposta faz sentido para quem crê que os mercados se auto-regulam da melhor maneira possível, e que os governos não devem tentar influenciar as variáveis econômicas reais (a não ser criando um bom ambiente para os capitais privados); para quem crê que não cabe ao governo tentar estimular o crescimento econômico ou contribuir para melhorar a distribuição de renda por meio da política monetária (por exemplo, mantendo taxas de juros baixas, como defendia Keynes); para quem crê que o desemprego é voluntário.

Mais que tudo, faz sentido para os que acreditam que a política econômica deve ser "despolitizada", que o povo não deve se imiscuir nela, que ela deve ficar a cargo de banqueiros e congêneres. Não faz sentido, portanto, para um governo do PT.

AUTONOMIA: DISPUTA CONTINUA

No dia 2 de abril foi aprovada, com mais de 440 votos, emenda constitucional que prevê a regulamentação através de leis complementares do artigo 192 da Constituição Federal, que trata do sistema financeiro. O objetivo da emenda quando foi originalmente apresentada pelo Senador José Serra (depois modificada pelo Senador Jefferson Peres) era viabilizar a autonomia do Banco Central. A reapresentação desta emenda foi fruto da iniciativa da liderança do governo, expressando, portanto, um objetivo do novo governo. Apesar de vários aspectos do sistema financeiro poderem, em tese, ser regulamentados com a aprovação da emenda, não há dúvida de que o alvo é a autonomia do Banco Central. Este objetivo está explícito no ponto 9 da carta assinada em 28 de fevereiro de 2003 pelo Ministro da Fazenda e pelo presidente do Banco Central ao Diretor Geral

do FMI: "...o governo vai procurar garantir uma aprovação rápida pelo Congresso da PEC que facilitará a regulação do setor financeiro – um passo necessário para a passagem da desejada lei que formalizará a autonomia operacional e a responsabilização do Banco Central" (www.fazenda.gov.br/). Esta posição dá seqüência ao compromisso estabelecido no Memorando de Política Econômica constante do acordo com o FMI, assinado em setembro do ano passado pelo governo FHC.

O PSDB saudou a aprovação da emenda formulada pelo seu candidato a presidente da República, José Serra. A Federação dos Bancos divulgou nota de apoio. O FMI elogiou.

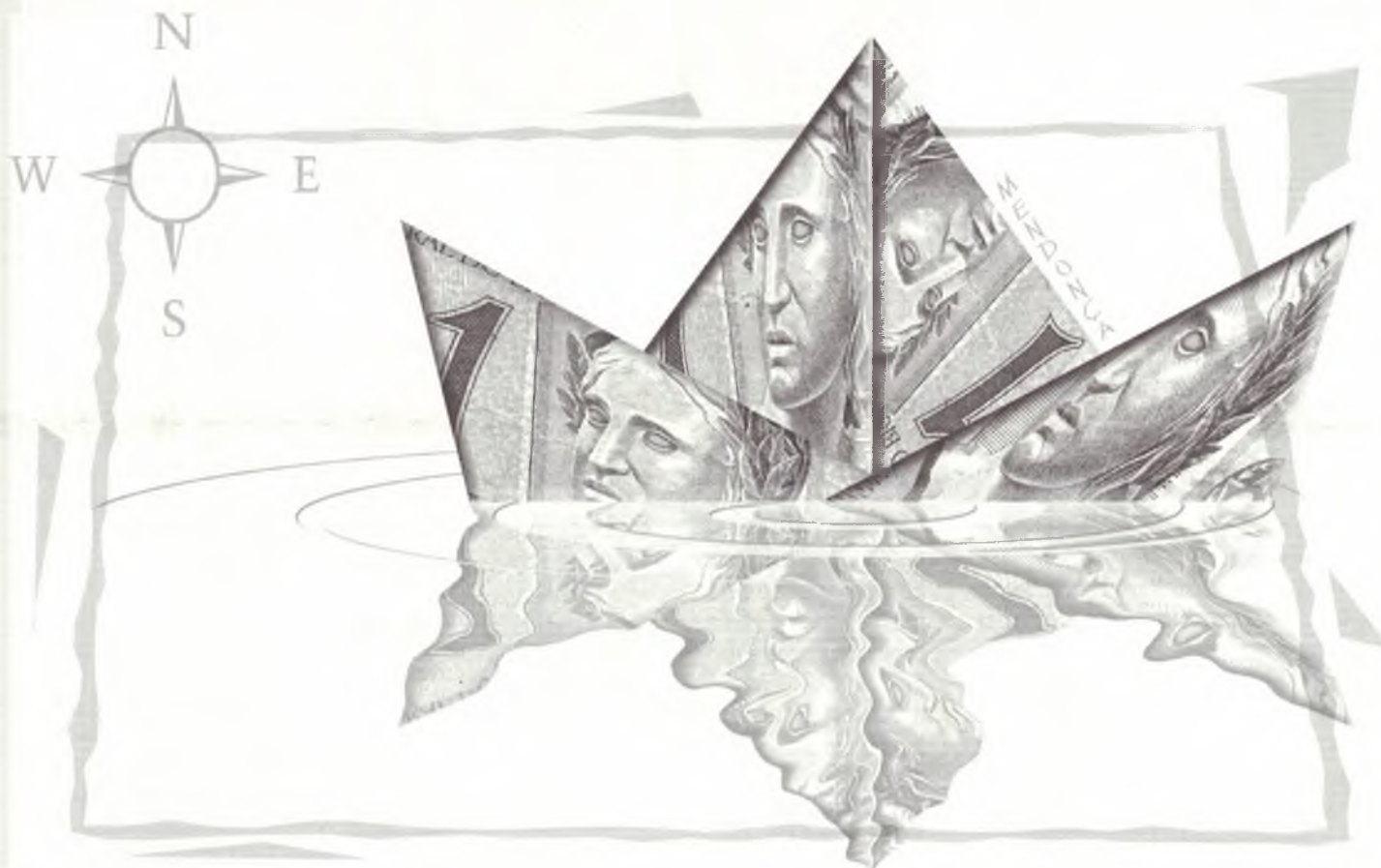
Os partidos aliados, como o PSB, PcdB e PDT (este absteve-se), questionaram o encaminhamento e a hipótese de autonomia do BC. O PT, apesar de ter votado a emenda, expressou visões críticas à autonomia do Banco Central – conforme as declarações de voto aqui

reproduzidas. E definiu, em reunião conjunta entre a bancada e o presidente nacional, que a questão do BC é um tema a ser amplamente debatido e que não está incluído na agenda deste ano.

É importante registrar que o tema do BC autônomo não fez parte do Programa de Governo. Tão pouco foi discutido na reunião do Diretório Nacional de março último que fez um balanço do governo; e nem mesmo na bancada foi efetivamente debatido. E se considerarmos a matéria publicada na Folha de São Paulo, em 8 de abril último, sob o título "BC autônomo divide governo e sociedade, afirma Dirceu", a questão fica ainda mais complicada.

Assim, assegurar um ambiente de debate, realizá-lo de forma ampla e profunda, é fundamental para que o PT, seus aliados e respectivas bancadas possam estabelecer uma futura regulamentação do sistema financeiro coerente com o programa de governo.

Seguem as declarações de voto:



Declaração de Voto

Ao votarmos a modificação do art. 192 da Constituição Federal, estamos possibilitando ao Executivo regulamentar, em projetos de leis complementares, matérias constantes dos seus atuais incisos, como, por exemplo, a regulamentação das cooperativas de crédito, alavanca para a retomada do crescimento econômico com distribuição de riqueza e renda.

Por outro lado, reafirmamos nossa convicção de que a autonomia do Banco Central, desejada por algumas forças do mercado financeiro, retiraria do Estado Brasileiro instrumentos fundamentais para a condução da política econômica, monetária, creditícia e cambial, aproximando-o daquelas agências reguladoras cuja prática tem sido tão questionada pelo Presidente Lula.

O voto sim dos deputados que assinam esta Declaração é, também, manifestação contrária à autonomia do Banco Central, por entender que ela fere a própria soberania da Nação. Queremos um Banco Central público, com controle social e gestão democrática, comprometido com o desenvolvimento econômico e voltado para os interesses maiores da população brasileira.

Brasília, 2 de abril de 2003.

Assinam: Terezinha Fernandes; Walter Pinheiro (BA); Mauro Passos (SC); Luci Choinacki (SC); Zico Bronzeado; Iriny Lopes (ES); Lindberg Farias (RJ); Orlando Desconsi (RS); Chico Alencar (RJ); Maninha (DF); Luiz Alberto (BA); Ary Vanazzi; Cláudio Vignatti (SC); Luiz Eduardo Greenhalgh (SP); Henrique Fontana (RS); Paulo Rubem Santiago (PE); Luciana Genro (RS); Iara Bernardi (SP); Ivan Valente (SP); Luciano Zica (SP); Gilmar Machado (MG); João Fontes (SE); Tarcísio Zimmermann (RS); Nelson Pellegrino (BA); Orlando Fantazzini (RS); Babá (PA); Dr. Rosinha (PR); João Grandão (MS); Mariângela Duarte (SP); Leonardo Monteiro (MG); César Medeiros; Francisca Trindade; Guilherme Menezes; Antonio Carlos Bisciaia (RJ); Josias Gomes (BA).

Declaração de Voto

Ao votarmos favoravelmente à modificação do art. 192, para que seja regulamentado o Sistema Financeiro Nacional, o fazemos, ressaltando que não antecipamos opinião de mérito, quanto à autonomia do Banco Central do Brasil. Até porque, somos de opinião que o Banco Central não pode continuar operando como o fez em anos recentes. O Banco Central deve atender aos interesses maiores da nação brasileira e para tal não pode ser conduzido como se fosse uma grande agência reguladora, sem controle e podendo atender outros interesses sem que os poderes legitimamente eleitos tenham instrumentos para agir. Compreendemos que a votação que realizamos neste dia trata do conjunto do Sistema Financeiro, não sendo prioritário o debate sobre a autonomia do Banco Central neste momento. Destacamos que o debate político sobre esta matéria não está concluído e que qualquer iniciativa acerca deste tema deverá ser precedida pelo seu aprofundamento.

Brasília, 2 de abril de 2003.

Assinam: Odair José (MG); José Eduardo Cardozo (SP); Fernando Ferro (PE); Reginaldo Lopes (MG); Maria do Rosário (RS); Wasny de Roure (DF); Durval Orlato; Josias Gomes (BA); Assis Miguel do Couto (PR); Selma Schons (PR); Fátima Bezerra (RN); Zezéu Ribeiro (BA); Telma de Souza (SP); Arlindo Chinaglia (SP); Carlos Santana (RJ); Dra. Clair (PR); Virgílio Guimarães (MG); Rubens Otoni (GO); Anselmo Abreu; Ivo José (MG).

NA DEFESA DOS BANCOS ESTADUAIS

Os bancos públicos, estaduais ou federais, podem conciliar bons resultados e ações sociais, se administrados com ética e compromisso político; e o governo Lula deve viabilizar as alternativas existentes à privatização.

João Alfredo Telles Melo

A Medida Provisória de 16/12/1998 ratificou o interesse do governo FHC em desestimular a atividade bancária estadual. A reestruturação, a federalização e posterior privatização, a extinção e a transformação do banco e/ou caixa estadual em agência de fomento eram as opções do Programa de Incentivo à Redução da Participação do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES). Os governos estaduais tiveram linhas disponíveis de financiamento para pagar em 30 anos com juros de 6% mais taxa referencial. Empréstimos que foram firmados por contrato e que têm como garantia o bloqueio das transferências constitucionais em caso de inadimplência. Além da extinção, estes recursos proporcionariam aos estados optarem por reestruturar e federalizar o banco ou reestruturar e manter como banco estadual e/ou transformar em agência de fomento.

Resistências

No caso de manutenção do banco como estadual a União participaria com 50% dos recursos necessários. O estado, além da contrapartida, teria que apresentar a viabilidade do projeto de saneamento financeiro e as condições fiscais para sustentá-lo. Muitos estados optaram por privatizar e extinguir seus bancos (as instituições do Acre, Alagoas, Amapá, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Rondônia e Roraima e a caixa estadual de Minas Gerais foram extintos). Já o governo do Rio Grande do Sul, sintonizado com o projeto democrático-popular, saneou o banco estadual e transformou a Caixa Econômica Estadual em agência de fomento.

O Distrito Federal não optou pelo contrato e manteve a instituição sob sua tutela. O Estado da Paraíba também não optou por contrato e conduziu o processo de privatização sem o governo federal. Os estados do Espírito Santo, Pará e Sergipe também sanearam seus bancos públicos. Outros estados como Bahia, Minas Gerais, Santa Catarina, apesar de integrarem o processo de privatização, transformaram seus bancos



M. F. N. D. N. C. A.

de desenvolvimento e/ou caixas estaduais em agências de fomento. A Bahia privatizou o Banco do Estado (BANEB) e transformou o de Desenvolvimento (DESENBANCO) em agência de fomento. Minas Gerais privatizou o Banco do Estado (BEMGE) e o de Crédito (CREDIREAL) e transformou o Banco de Desenvolvimento (BDMG) em agência de fomento. Santa Catarina federalizou o Banco do Estado (BESC) e transformou o de Desenvolvimento (BADESC) em agência de fomento. São Paulo privatizou o Banco do Estado (BANESPA) e saneou a Nossa Caixa Nosso Banco.

“Empecilhos”

Até o final do ano passado, o grande empecilho para a complementação do processo de privatização dos últimos bancos estaduais federalizados como os do Piauí, Ceará, Santa Catarina e Maranhão foi de natureza jurídica e política. No Espírito Santo e Ceará existem Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIN) contra o processo de federalização e posterior privatização. Em Santa Catarina, a federalização foi considerada ilegal a partir de uma Ação Popular e no Maranhão uma outra ação tenta reverter a federalização e a pretendida posterior privatização.

Existe uma garantia estipulada nos contratos referentes aos empréstimos com a União que estabelece que o governo estadual manterá suas contas e aplicações no banco privatizado. Entretanto, o Supremo Tribunal Federal (STF) entende que contas públicas deverão ser mantidas em bancos públicos. Esta garantia depende da aprovação de uma lei estadual que obriga o governo do Estado a manter suas contas e aplicações no banco que será privatizado pelo menos por mais seis ou oito anos. No caso do Estado do Ceará esta lei nem sequer foi votada e já há um parecer de inconstitucionalidade emitido pela Procuradoria da Assembleia Legislativa. A ausência desta lei reduz o valor de mercado do banco,

inviabiliza a privatização e desencadeia adiamentos nos leilões. Ademais, no caso destes Estados, além dos aspectos referentes à constitucionalidade, foram instauradas Comissões Parlamentares de Inquérito, cujo efeito inicial foi afastar possíveis compradores e impactar negativamente o preço destes bancos no mercado.

Alternativas

A partir do resultado das eleições de 2002, é possível que os novos governadores do Piauí e Santa Catarina reestadualizem seus bancos como foi cogitado na campanha. Vale lembrar que no caso deste último estado, Lula ainda como candidato assumiu o compromisso de que não privatizaria o BESC. O adiamento dos leilões de privatizações, especialmente do Banco do Estado do Ceará (BEC), contou inclusive com o apoio da equipe de transição do governo Lula e a participação decisiva do companheiro Aloísio Mercadante.

Em 27/02/2003 em audiência com o Ministro Palocci o futuro desses bancos foi discutido. Na ocasião a Associação dos Funcionários do BEC juntamente com o Sindicato dos Bancários do Estado do Ceará entregaram propostas alternativas à privatização dos bancos federalizados, como a reestadualização, a democratização do capital com financiamento do BNDES e a absorção pelo BNB.

A absorção do BEC e dos demais bancos estaduais do nordeste pelo BNB representa uma saída que não levaria ao desemprego de seus funcionários e daria maior capilaridade ao banco nestes estados. O aspecto importante é que além de administrar as contas públicas dos respectivos estados o BNB incorporaria técnicos qualificados e com larga experiência nas áreas comercial e de desenvolvimento. Ademais, estes bancos foram completamente saneados e hoje são lucrativos podendo ser mais um instrumento no programa de combate a

fome e na política de redução das desigualdades sociais.

Na audiência o Ministro da Fazenda foi receptivo, entretanto, fomos surpreendidos com a notícia do envio pelo governo federal de um memorando ao FMI, com um cronograma que prevê a retomada da privatização dos bancos estaduais federalizados. A alternativa já levantada de separação dos leilões de privatização (primeiro as contas do Estado e depois o banco) pode significar a liquidação dos bancos e o desemprego dos funcionários, visto que os referidos bancos não sobreviveriam sem o cliente Estado.

Viabilidade e compromisso social

Diante desta ameaça é preciso intensificar e ampliar as iniciativas visando a implementação das alternativas à privatização, envolvendo tanto o movimento sindical bancário como governos estaduais e entidades populares. No âmbito do legislativo federal já foram tomadas iniciativas junto ao Ministério da Fazenda no sentido de identificar suas propostas para os bancos federalizados. Trata-se de questionar se o governo pretende, de fato, manter o programa de privatização destes e se há, de fato, a intenção de vender o banco do Ceará, o BEM, o BEP e o BESC como parte do compromisso que teria sido assumido com o FMI.

Os bancos públicos, estaduais ou federais, podem conciliar bons resultados e ações sociais, desde que administrados com ética e compromisso político. É inadmissível que o governo Lula, que expressa anos de luta dos trabalhadores brasileiros, opte por uma saída privatista e desempregadora, coisa que nem o governo FHC conseguiu fazer completamente. Romper com a atual formatação do federalismo brasileiro, caracterizado por interesses particularistas, é muito difícil, entretanto é tarefa crucial para transformar este país numa Nação cidadã e solidária.

A SOCIEDADE DEPOIS DE 11 DE SETEMBRO



O estupor e o pavor se abateram sobre a sociedade norte-americana. Estupor diante de tanto ódio; pavor diante da determinação terrorista motífera. E uma indiferença que tem suas raízes num sistema político que não é mais nada representativo.

Marie Pontet

Para muitos norte-americanos, a começar pelo primeiro deles, os ataques do 11 de setembro 2001 ao World Trade Center e ao Pentágono foram um golpe inesperado. Como era possível que alguém odiasse os Estados Unidos a ponto de realizar atentados tão mortíferos? E por qual(is) razão(ões) atacar a maior democracia do mundo, dedicada ao bem-estar dos seus membros? Nos dias seguintes o envio de cartas envenenadas com esporos de antraz (algo de que não se fala mais hoje) acabou de semear o terror no país, e algumas pessoas mais morreram.

Dezoito meses depois, a sociedade estadunidense ainda está em estado de choque. Um choque cultivado desde então pelo governo Bush.

Dias depois dos ataques, anunciando a intenção de se lançar numa guerra contra o terrorismo, George W. Bush conseguiu carta branca da opinião pública para atacar Cabul, destruir os talibans e instalar um governo fantoche, e para enviar tropas às Filipinas. A partir de janeiro de 2002 e do discurso sobre "O Estado da União", um novo alvo foi apontado: o Iraque. O presidente Bush evocou então, pela primeira vez, um possível conflito com Saddam Hussein – acusado ao mesmo tempo de apoiar a Al-Qaida e de ter armas químicas e biológicas, talvez nucleares. Foi a partir daí que os Estados Unidos entraram em guerra, e não no dia 20 de março.

Há quase quinze meses, a palavra tem sido amplamente monopolizada pelos defensores do conflito, e amplificada por toda a grande mídia. A propaganda belicista é onipresente e obsedante num país dominado por uma indústria da mídia que está no coração da economia e representa a

nação no exterior. Atacada, esta última garantiu a colaboração de todos aqueles e aquelas que podem atrair para sua causa uma parte da opinião pública mundial: Hollywood e seus cenaristas, um punhado de escritores de renome, encarregados de redigir textos patrióticos para distribuição pelas embaixadas dos Estados Unidos nos países árabes, para criar um sentimento duradouro de simpatia por um país tão violentamente atingido pelo ódio terrorista. No processo de dominação em curso, importa mais seduzir o exterior do que prestar atenção aos que reclamam no interior das fronteiras.

O peso dos anti-guerra não conta para a administração Bush, ainda mais por que, com o início das hostilidades, o reflexo patriótico tem força total. Manifestar oposição à operação de "libertação" do Iraque equivale a trair os soldados americanos que vão deixar suas vidas nas areias do deserto. Além disso, este movimento de oposição não representa nenhum perigo, pois não há saída possível num sistema político caracterizado pela aliança dos liberais e dos conservadores em apoio ao discurso e aos atos bélicos de um deles. Os democratas marcham atrás de Bush Júnior. A esmagadora maioria deles tem apoiado a administração republicana desde 11 de setembro, e declara sua confiança no Presidente na gestão da crise com o Iraque, a Europa e a ONU.

Sociedade indiferente a tudo, exceto ao dinheiro

Quando há críticas, elas se referem, quase sempre, aos resultados econômicos

do país, pouco brilhantes, e raramente à política estrangeira ou à concepção de mundo que a orienta. Como já destacava o historiador Richard Hofstadter em 1974: "A posição política adotada pelos diversos candidatos dos principais partidos que participaram das primárias se restringiu ao horizonte definido pelas noções de propriedade e de empresa. [...] Eles aceitaram a idéia de que as virtudes econômicas da cultura capitalista são inerentes à natureza humana. [...] E esta cultura é fundamentalmente nacionalista."

O eixo liberal-conservador predomina completamente, e funcionará enquanto durar a guerra, como aconteceu nos anos cinquenta, na época da guerra fria, e durante a guerra do Vietnã, pelo menos até 1967. Seriam necessários bem mais do que alguns meses de conflito para abalá-lo seriamente, já que republicanos e democratas defendem os mesmos interesses diante de uma indiferença majoritária cada vez mais pronunciada.

Os dois partidos atraíram menos de 40% dos eleitores em novembro de 2000, e Bush Júnior deve sua eleição exclusivamente às posições de cinco juizes ultraconservadores da Suprema Corte.

A indiferença da massa dos estadunidenses aos eventos de política interna e externa vem em grande medida da deslegitimação da democracia nos Estados Unidos. Um eleitorado que tem de escolher entre o candidato Bush Júnior e o candidato Al Gore só pode se deprimir ou votar com os pés, pois a opinião pública não é tola e sabe muito bem que o que conta numa eleição é o apoio dos representantes do setor privado, dos personagens-chave do Congresso e das grandes instituições.

Mesmo o escândalo Enron não foi capaz de tirar a opinião pública de sua letargia. Milhões de norte-americanos perderam emprego, casa e aposentadoria, enganados por delinquentes de colarinho branco que se beneficiaram do apoio e da cumplicidade do governo Bush (vários de seus membros eram muito próximos da empresa, a começar pelo próprio Presidente). A Bolsa afundou e os fundos de pensão – em que 40% da população, particulares e empresas, investem – derreteram como neve sob o sol. Atualmente, o governo Bush dá contratos de reconstrução às empresas que apoiaram massivamente sua campanha para presidente em 2000.

O "sonho americano"

E, no entanto, este "modelo americano" ainda funciona. Centenas de milhões de pessoas buscam refúgio a cada ano neste território, esperando tirar a sorte grande, e um bom número deles efetivamente consegue, acedendo à sociedade de consumo tão cobiçada de Honduras ao Egito, ao Paquistão ou ao Senegal. A massa dos que conseguem obter um pequeno lugar ao sol – o "sonho americano" – se integra ao credo vencedor de um dos dois partidos e sufoca os que fracassam. Os pobres, uma população estimada em 40 milhões de indivíduos, são contidos pelo sistema, amparados nas redes de segurança implantadas para tornar possível a gestão da miséria. Bairros separados, prisões ou *workfare* (programa que desde 1996 substituiu o *welfare*) servem para a gestão dos excluídos do sistema, tornados quase invisíveis pela segregação espacial. Os pobres são também vítimas da indiferença de seus compatriotas das camadas médias. Como salienta um jornalista do *The Nation*, eles não tem mais nem mesmo um grande escritor que possa denunciar aos ricos o que é a miséria em que os marginalizados vivem: "nada de um Dickens americano ou de um Orwell, nem de James Agee ou de Walker Evans, tampouco de Michael Harrington, nem mesmo de John Steinbeck". O silêncio dos pobres não é ainda ensurdecedor.

Traduzido por Paulo Eduardo Moruzzi Marques.

O projeto de construir um império global dominado pelos EUA está fadado ao fracasso. Washington já sofreu grandes derrotas políticas, contrariamente à impressão que a vitória militar pode temporariamente dar. Nunca, desde o fim da Guerra Fria, nunca o consenso em torno dessa hegemonia foi tão abalado.

Gilbert Achcar

Caro amigo, eu não acho que a decepção que você sentiu quando soube do colapso do regime iraquiano seja justificada.

É claro que eu posso entendê-la. O que mais te deixou triste foi o fato de que esse colapso permitiu que os urubus em Washington e Londres enfeitassem seus salões com cadáveres putrefatos. Foi uma guerra semi-colonial que a dupla Bush e Blair (vamos chamá-los de B2 – serve bem para eles serem chamados como bombardeiros!) empreenderam desprezando a vasta maioria da opinião pública mundial. Ainda agora eles declaram que é uma “guerra de libertação” inspirada em ideais democráticos. Sim, isso é enufecedor!

Mas lembre-se das previsões que fazemos há meses, que podem ser resumidas em algumas hipóteses:

- A tarefa mais fácil dos B2 seria derrubar o regime de Saddam Hussein, o qual eles poderiam vencer sem grandes problemas. Os problemas começariam depois.

- Eles desprezariam a opinião pública mundial porque imaginavam que a festa dos iraquianos celebrando a queda de Saddam levaria ao apoio da opinião pública. Nós tínhamos que estar preparados para esse espetáculo. Considerando como a ditadura Baathista era odiada – e com boas razões – isso era inevitável.

- Os B2 são aventureiros, apostadores; foram para a Guerra imaginando o melhor dos mundos. Apostaram na tomada do aparelho estatal iraquiano, particularmente na oposição das forças armadas a Saddam Hussein e na sua utilização para controlar o Iraque após a vitória. Mas o mais provável resultado seria que a sua intervenção – que começaria como uma tentativa de liquidar Saddam Hussein e ocupar os poços de petróleo – levaria ao colapso do aparelho de Estado e resultaria num vasto caos marcado por acertos de contas sangrentos.

Todas essas hipóteses foram comprovadas. Nada do que aconteceu deve ter surpreendido você; tudo era previsível. Vamos dar uma olhada mais de perto nos acontecimentos dos últimos dias.

De um lado, a “coalizão” entre as principais forças militares do mundo, que

CARTA A UM MILITANTE ANTI-GUERRA UM POUCO DEPRIMIDO



O reinado do terror em Bagdá prosseguiu com o massacre impiedoso do front de guerrilha que se abriu no sul do Iraque pelo guevarista Khaled Ahmed Zaki assim com a ruptura da esquerda do PC iraquiano.

representa mais de 40% dos gastos militares no mundo, e um enorme poder de destruição. De outro, um país de Terceiro Mundo, com 2/3 de suas forças armadas destruídas em 1991 e o outro 1/3 desgastado nos seguidos anos de embargo que interferiram na manutenção dos armamentos, e tudo isso agravado por muitos anos de desarmamento supervisionado pela ONU. Como alguém poderia se surpreender a essa altura com a debandada iraquiana?

Esse mesmo regime já tinha sofrido uma derrota esmagadora em 1991 com o colapso das forças iraquianas no Kuwait e no sul do Iraque. É verdade que dessa vez os objetivos de Washington eram tomar as cidades e ocupar todo o país; realmente um objetivo mais difícil de se atingir. Mas nesse meio tempo o país sofreu muito, exaurido por mais de vinte anos de guerras, bombardeios e embargo. Esse é o país que Washington decidiu conquistar. E em 2003 assim como em 1991, a grande maioria dos iraquianos que deveria executar as ordens de Bagdá odiava o regime Baathista. Como alguém poderia esperar mobilização popular em tais condições?

O que de fato surpreendeu não foi a rápida vitória das tropas Britânicas e dos EUA, mas a resistência apresentada pelas tropas do regime iraquiano nos primeiros dias da ofensiva. Lembra-se, todos os comentaristas se uniram e desdenharam a previsão de uma vitória rápida. Muitos acreditaram que o pântano previsto em 1991 seria, agora, finalmente realidade. Erraram quanto às razões da resistência no primeiro momento. Deveu-se ao fato de que a ofensiva militar por terra foi lançada ao mesmo tempo dos bombardeios aéreos, enquanto em 1991 Washington impôs ao exército iraquiano mais de cinco semanas

de bombardeio selvagem antes de enviar suas tropas para a ação. Assim, as forças do regime ainda estavam prontas para lutar no momento em que começou a campanha por terra – muito mais do que em 1991, quando as tropas iraquianas que tinham sobrevivido aos bombardeios estavam exaustas e desnorteadas, e se renderam em massa às tropas da coalizão.

As forças do regime, nada mais! Qual quer um que tenha confundido o que aconteceu no Iraque com algum tipo de resistência popular, a defesa de Bagdá pelas “tropas do regime” com a defesa popular de Beirute durante a ofensiva do exército israelense em 1982, cometeu um grande erro sobre as perspectivas militares bem como sobre a relação do povo iraquiano com o regime tirânico de Saddam Hussein. O principal revés para os planos do Pentágono foi o fato de que os bombardeios “inteligentes” dos primeiros dias da ofensiva erraram seu alvo: Saddam Hussein. E sua queda como comandante-chefe provavelmente provocou uma aceleração do colapso da defesa de Bagdá, seja porque ele foi morto por uma bomba ou porque decidiu fugir. Em uma ditadura tão centralizada e personalista, se livrar do ditador já é suficiente para destruir as fundações do regime uma vez colocadas sob intensa pressão.

As reações no Iraque

Como alguém poderia se surpreender com o alívio e alegria do povo iraquiano quando souberam da queda da ditadura? Eu mesmo senti alívio, mesmo que eu nunca tenha vivido o que os iraquianos viveram. A ditadura Baathista no Iraque tomou o poder em julho de 1968, quando

eu estava em meio a minha própria radicalização, como muitos da minha geração em muitas partes do mundo. A primeira prioridade do novo regime foi esmagar a expressão iraquiana daquela radicalização, cuja catalisação no Oriente Médio tinha sido a derrota dos regimes Árabes na agressão israelense em julho de 1967.

O reinado do terror em Bagdá prosseguiu com o massacre impiedoso do front de guerrilha que se abriu no sul do Iraque pelo guevarista Khaled Ahmed Zaki assim com a ruptura da esquerda do PC iraquiano. Os novos ditadores rapidamente ganharam a reputação de regime mais violento da região. Militantes iraquianos sabiam que seria melhor morrer em combate com as tropas do regime do que ser preso e morrer torturado com crueldade inimaginável. O regime Baathista esmagou a esquerda iraquiana, o maior componente da esquerda Árabe, em sangue derramado. Isso contribuiu, portanto, para preparar o terreno para a hegemonia do fundamentalismo islâmico nos protestos dos movimentos populares do Oriente Médio. De todos os ditadores já comparados a Hitler no último meio século, geralmente de forma tendenciosa e propagandista, Saddam Hussein é o que melhor veste a carapuça – não somente em termos das características domésticas de seu regime (menos a base massiva ideologicamente mobilizada do Nazismo), mas também em termos de uma trajetória expansionista alimentada por uma megalomania cega.

Por 35 anos eu tenho esperado e torcido pela queda desse regime horrível! Assim eu fiquei aliviado quando ele finalmente caiu, como ficaram milhões de homens e mulheres do Iraque. O alívio do povo iraquiano tampouco foi surpreendente; era completamente previsível. O

que foi surpreendente, pelo menos para Washington e Londres, foi a morna recepção, frequentemente beirando a hostilidade, que os árabes iraquianos deram às suas tropas – incluindo no sul xiita, que eles pensaram que tinham conquistado.

Isso também não é difícil de compreender. O que Washington e Londres não entenderam é que esse povo, que teve tantas razões para odiar Saddam Hussein, tem ainda mais razões para odiá-los. Iraquianos se recordam como a coalizão os abandonou a Saddam Hussein em 1991. Eles ainda estão sofrendo pelos doze anos de embargo genocida imposto por Washington e Londres com a cumplicidade dos seus parceiros no Conselho de Segurança da ONU. Eles não poderiam receber os EUA como libertadores, o maior opressor do Oriente Médio e patrocinador do Estado de Israel, ou os colonizadores britânicos que passeavam ontem e que deixaram marcas tão profundas em suas memórias.

Como resultado desses fatos, as expressões de alegria dos iraquianos eram tão contidas. Washington teve que apelar a truques de propaganda para dar a impressão de que as tropas da coalizão EUA-Inglaterra estavam sendo bem-vindas como “libertadores”. Saudados eles foram, mas sobretudo pelos saqueadores, que com suas pilhagens em mãos tinham mais do que razão para achar “Bush muito bom”. As tropas de ocupação deram deliberadamente um reino “livre” a esses saqueadores, sob as ordens de “comandantes fora da lei”, que pensavam que eles estavam garantindo a ocupação contra a hostilidade popular, mas que acabaram aumentando a consideravelmente. (O único edifício público em Bagdá que foi bem protegido foi o Ministério do Petróleo, assim como as únicas áreas “seguras” do Iraque eram os poços de petróleo).

Os novos invasores se tornaram responsáveis por um saque a Bagdá que permanecerá na memória histórica como o equivalente moderno do saque a Bagdá no século XIII durante a invasão mongol.

Única parcela da população iraquiana que de fato se aliou às tropas e expressou maciçamente sua alegria foi a dos Curdos. Mais uma vez a liderança do Curdistão iraquiano demonstrou sua visão estreita, tendo constantemente enchido seus bolsos com aliados muito ruins: Israel, o Shah do Iran, o governo Turco, os mullahs iranianos – até mesmo Saddam Hussein! Eles não tiveram a sensibilidade para evitar se comprometerem com uma força de ocupação destinada a ser um ressentimento para os árabes iraquianos, os únicos aliados que podem fazer uma diferença efetiva no destino final do Curdistão iraquiano. Seria desastroso para os Curdos se seus líderes confirmarem a sua imagem de parceiros devotos das forças de ocupação. Os EUA e a Inglaterra não têm na verdade nenhum interesse em defender os direitos do povo curdo a sua auto-determinação. Eles não hesitarão em sacrificar os curdos iraquianos se isso servir para seus propósitos de consolidar o domínio sobre o país.

Controlar o Iraque, dominar o mundo

Os saques em pequena escala em cidades iraquianas até o momento por si só já complicaram a tarefa dos saqueadores de larga escala, as forças ocupantes. Cada dia que passa se confirma a dificuldade que os B2 terão para controlar o Iraque frente a uma população que cordialmente os detesta. O homem de confiança Ahmed

Chalabi e seus poucos mercenários que acompanharam as bagagens das tropas dos EUA certamente não serão capazes de modificar essa situação.

O problema norte-americano é que – muito mais do que na Alemanha ou no Japão depois de 1945, quando puderam utilizar setores inteiros do aparato estatal do velho regime (incluindo o próprio imperador japonês) – eles não encontrarão nada mais confiável no Iraque do que as sobras do aparato de Saddam Hussein. Apenas os servos do velho regime têm o grau de degradação necessário para se colocarem como devotos a serviço dos ocupantes. Só eles se oferecerão a servir os novos mestres do país, ainda mais entusiasmados por salvarem suas peles e matarem sua sede por poder. Isso tornará a ocupação ainda mais odiosa para a grande maioria dos iraquianos.

Ao estender cada vez mais a sua presença no mundo árabe, os EUA estarão espalhando demais as suas tropas. O ódio que evoca em todos os países do Oriente Médio e através do mundo islâmico já explodiu na sua cara algumas vezes; o 11 de setembro foi apenas a mais espetacular, a mais mortífera manifestação desse ódio até agora. A ocupação do Iraque levará o ressentimento geral a um extremo; vai acelerar a decomposição da ordem regional sustentada por Washington. Não haverá Pax Americana. Ao contrário, haverá mais um passo na direção do retrocesso ao barbarismo, com o barbarismo-mor de Washington e seus aliados sustentando a oposição ao barbarismo do fanatismo religioso – enquanto não emergirem novas forças progressistas nessa parte do mundo.

O projeto de construir um império global dominado pelos EUA através da força bruta está inexoravelmente fadado ao



O problema norte-americano é que eles não encontrarão nada mais confiável no Iraque do que as sobras do aparato de Saddam. Apenas os servos do velho regime têm o grau de degradação necessário para se colocarem como devotos a serviço dos ocupantes.

fracasso. Nesse sentido, Washington já sofreu grandes derrotas políticas, contrariamente à impressão que a vitória militar pode temporariamente dar. Nunca, desde o fim da Guerra Fria, a hegemonia norte-americana foi tão desafiada no mundo; nunca o consenso em torno dessa hegemonia foi tão abalado. Isso é o que se observa no plano das relações internacionais: as queixas e as divisões internas em países que Washington considerava aliados leais nunca foram tão generalizadas. Até mesmo o governo turco recusou-se a deixar as tropas norte-americanas atravessarem seu território. Washington fracassou em suborná-lo, assim como fracassou em subornar suficientes membros do Conselho de Segurança da ONU para conseguir meros nove votos pela guerra contra o Iraque!

Admito, esses Estados não são aliados confiáveis do movimento anti-guerra, nem seus aliados são na verdade – especialmente quando França e Rússia se comportam tão brutalmente e com tanto ódio nos seus próprios domínios imperiais quanto os EUA nos seus. Mas essa cacofonia no sistema de Estados associada com o grande império regido a partir de Washington tem refletido de certa forma a outra grande derrota para o projeto imperial. Refiro-me, é claro, à emergência de outro superpoder, a “opinião pública mundial”, como o próprio New York Times corretamente rotulou após as manifestações de 15 de fevereiro, o maior dia de mobilização popular na história. A “opinião pública mundial” – ou melhor, o movimento real, o movimento anti-guerra; que pesquisas estatísticas não mostram.

Durante os anos 90, muitos pensaram que esse movimento estava fadado a nunca superar sua notória fragilidade. Pensaram que os anos do Vietnam tinham sido essencialmente bem enterrados, particularmente desde que Washington aprendeu as lições do Vietnam e as aplicou nas suas guerras posteriores, começando pelo Panamá (1989). Mas no começo do outono de 2002, observamos o aumento espantoso de um novo movimento anti-guerra, que rapidamente estabeleceu novos recordes em muitos países e até envolveu os EUA. Esse fato é absolutamente decisivo; a mobilização chave, é claro, é aquela que ocorre dentro dos EUA mesmo. O movimento anti-guerra norte-americano ainda não tem a dimensão que teve no seu auge nos anos de Vietnam, mas já se distinguiu atingindo escala maciça, apesar do trauma do 11 de setembro e da exploração que a administração Bush faz sobre esse trauma.

Imagens cuidadosamente selecionadas da tão propagada libertação do Iraque e as cenas ensaiadas do Pentágono impressionaram muito opositores à guerra. Mas cada dia que passa mostra o quão correto estava o movimento anti-guerra. As incontáveis mortes, a destruição maciça e os saques da riqueza nacional do Iraque constituem um enorme fardo imposto sobre o povo do Iraque para pagar pela “libertação” trazida pela ocupação estrangeira. Enquanto Washington penetra em um país que não pode ser escondido do mundo – diferente do Afeganistão, mais caótico hoje do que nunca – o movimento anti-guerra será capaz de atingir novo peso político.

Esse crescimento espetacular do movimento só foi possível porque ele se baseia nas fundações de três anos de progresso do movimento global contra a Globalização neoliberal nascido em Seattle. Essas duas dimensões continuarão a alimentar uma a outra, para fortalecer a consciência dos povos de que neoliberalismo e guerra são duas faces do mesmo sistema de dominação – que precisa ser derrubado.

Gilbert Achcar é autor de *Clash of Barbarisms*, 2002, e *Caldeirão Oriental*, 2003. Traduzida por Diego Azzi da versão inglesa feita por Peter Drucker.

PERSPECTIVAS DO PROCESSO FÓRUM SOCIAL

O FSM é um processo e não só um evento e é parte de um movimento mais amplo. Com a multiplicação de fóruns, alguns de grande envergadura e outros que lhe dão capilaridade, o FSM se transformou em um processo mundial. Ele ajuda a dar consistência ao novo internacionalismo.

José Corrêa Leite

O III Fórum Social Mundial (FSM), realizado em Porto Alegre de 23 a 27 de janeiro de 2003, foi uma grande vitória política para o movimento que com ele se identifica. Permitiu que a questão central desta dramática conjuntura, a luta contra a guerra e o império, se consolidasse como agenda de um sem número de movimentos sociais que se opõem à globalização neoliberal. Este Fórum alcançou uma visibilidade maior ainda que os anteriores, atraindo os holofotes da mídia do mundo todo; a presença em Porto Alegre de Lula (a convite dos organizadores do FSM) e de Hugo Chavez (para outra atividade, autônoma perante o Fórum) é reveladora do peso político que o evento adquiriu.

Porto Alegre 2003 cresceu igualmente no terreno quantitativo. O número de participantes aumentou de 60 para 100 mil. As atividades se multiplicaram: 1700 oficinas e seminários inscritos, 31 painéis, 11 conferências e quatro mesas de diálogos e controvérsias (algumas com 40 mil pessoas), 21 testemunhos e duas grandes marchas, de abertura e de encerramento. E aumentaram os fóruns e encontros paralelos, realizados em Porto Alegre antes, durante e depois do FSM.

Tudo isso não se deu sem problemas: com o enorme crescimento do Fórum e a redução do apoio governamental em função da derrota eleitoral do PT no estado, as condições de gestão do evento se tornaram mais precárias. Tivemos problemas organizativos importantes, particularmente na alocação das oficinas e no alojamento dos participantes em Porto Alegre.

Mudanças profundas

Este III FSM se reuniu em um contexto em que as ondas de choque da nova ofensiva imperial ressoam por todo o planeta e estão interagindo com inúmeros outros fóruns sociais, alguns deles enormes. O Fórum Social Europeu (Florença, Itália, de 6 a 9 de novembro de 2002) contou com 60 mil participantes e instaurou pela primeira vez uma dinâmica de convergência das resistências européias ao neoliberalismo e à guerra, que ensejou uma manifestação de mais de meio milhão

de pessoas. O FSE foi também o espaço em que se articulou a convocação da jornada mundial de manifestações contra a guerra de 15 de fevereiro de 2003. E chamou também um II FSE, para novembro de 2003, em Paris. O Fórum Social Asiático (Hyderabad, Índia, de 2 a 7 de janeiro de 2003) teve mais de 20 mil participantes, permitiu que um grande número de movimentos e organizações asiáticos e antes de tudo indianos se integrasse no processo mundial em curso, reforçou uma urgente dinâmica unitária da esquerda naquele país e expandiu significativamente o processo FSM para além do eixo América Latina-Europa. E o Fórum Temático "A crise do neoliberalismo na Argentina e os desafios do movimento global" (Buenos Aires, de 22 a 25 de agosto de 2002) contou com mais de dez mil participantes e pela primeira vez instaurou um espaço de convergência para a fragmentada esquerda daquele país.

Neste marco, o Conselho Internacional (CI) do FSM, em sua reunião de 21 e 22 de janeiro de 2003, solucionou várias contradições que vinham marcando o processo FSM e alterou de forma significativa a sua arquitetura. A decisão mais conhecida é a realização do IV FSM não mais em Porto Alegre mas na Índia, em janeiro de 2004, um passo significativo na sua internacionalização — simultaneamente definiu-se que o FSM de 2005 será novamente realizado em Porto Alegre. Mas outras decisões têm um grande alcance: não há relação hierárquica entre os eventos do processo e sim uma horizon-

talidade (ou seja, não existem fóruns preparatórios de outros); autonomizou-se a data do FSM da data de realização do Fórum de Davos; o Fórum impulsionará um "Dia Mundial de Marcha contra o Neoliberalismo e a Guerra e por um Outro Mundo Possível"; as atividades auto-organizadas por seus proponentes nos fóruns devem ter pelo menos igual peso que as propostas pelos organizadores dos fóruns (reforçando seu caráter de espaço aberto). Definiu-se, ao menos no texto adotado, o problema básico de "poder" do processo: o CI será aberto aos movimentos e organizações que aceitem a Carta de Princípios do FSM e solicitem sua integração. O Comitê Organizador do IV FSM será composto pelas organizações indianas. A Secretaria do CI será composta pelas oito entidades brasileiras que compunham o antigo Comitê Organizador Brasileiro e que agora continuarão atuando como facilitadoras do processo; esta Secretaria deverá ser progressivamente internacionalizada. Finalmente o CI reforçou a definição do FSM como espaço e não organização, rejeitando mais uma vez as propostas de que o próprio CI tirasse declarações e posicionamentos políticos.

FSM: espaço e processo

Depois de quase três anos de um grande experimento político, uma avaliação de conjunto já pode ser delineada com alguma segurança.

O FSM é um espaço e não uma organi-

zação. Ele instaura um lugar de encontro, diálogo, debate e difusão de propostas, troca de experiências, emulação mútua, articulação de agendas de lutas e organização de novos movimentos. Embora existam cobranças neste sentido, o Fórum não é nem o embrião de uma "internacional", nem uma "direção" dos movimentos que dele participam. O CI, sua Secretaria e os Comitês Organizadores dos fóruns funcionam como facilitadores destes espaços; o Fórum não tira posicionamentos enquanto tal, não há assembleias que votem ou resoluções finais. Sua vocação é, assim, incorporar de forma pluralista setores cada vez maiores que se identificam com os objetivos de lutar contra o neoliberalismo, o imperialismo e a guerra. A diversidade é uma força e não uma fragilidade do FSM e deve ser defendida e reforçada. Quaisquer grupos ou setores dentro dos fóruns podem se reunir e formalizar quantas declarações, articulações e posicionamentos queiram (como vem fazendo, desde o I FSM, a Rede Internacional de Movimentos Sociais), mas eles não comprometem o Fórum como espaço nem o conjunto dos setores que não o subscreveram explicitamente.

O FSM é um processo e não só um evento e é parte de um movimento mais amplo. Com a multiplicação de fóruns, alguns de grande envergadura e outros que lhe dão capilaridade, o FSM se transformou em um processo mundial. Ele ajuda a dar consistência ao novo internacionalismo que, desde Seattle, vem se espalhando pelo mundo, confrontando a globalização neoliberal. Uma identidade afirmativa vem se sobrepondo à identidade negativa inicial de um movimento "contra a globalização". A multiplicação de espaços FSM faz com que as pessoas se encontrem com muito mais frequência, estabeleçam laços e relações de confiança e sintam mais necessidade de articularem suas atuações. Potencializa o ambiente que concretiza a expansão dos movimentos sociais e deste novo internacionalismo. Mas se o FSM se identifica com todas as expressões de resistências e busca de alternativas e quer chamá-las para os espaços que instaura, não pretende representá-la, embora se torne uma referência cada vez mais central para o que podemos chamar de "movimento global".

A contribuição central do FSM vem sendo a de alterar o clima ideológico do mundo atual, ajudando a romper com a hegemonia do pensamento e dos valores mercantis, neoliberais e crescentemente militaristas. Expressando a luta contra a mercantilização do mundo e se afirmando na oposição aos organismos multilaterais, tanto o movimento global como o FSM souberam responder à mudança de agenda que a administração Bush, seu unilateralismo e sua "guerra contra o terrorismo" impuseram no cenário internacional. Esta recuperação de espaços para os valores e horizontes políticos libertários vem se dando, nos fóruns, junto com um aprendizado coletivo de como enfrentar os novos desafios que surgem a cada passo na luta por outro mundo.

Ao mesmo tempo, os fóruns vêm se mostrando o lugar por excelência de encontro e incorporação no movimento de uma nova geração política, que não conheceu os dramas e as derrotas das correntes



MAX ERNST, MORTS (GHT MEHL, 1975)

MUNDIAL

tradicionais de esquerda do século XX, uma geração que já vertebrava as lutas que constroem a esquerda do século XXI. É o melhor espaço para o desenvolvimento de novas iniciativas políticas e uma incubadora de novos movimentos sociais.

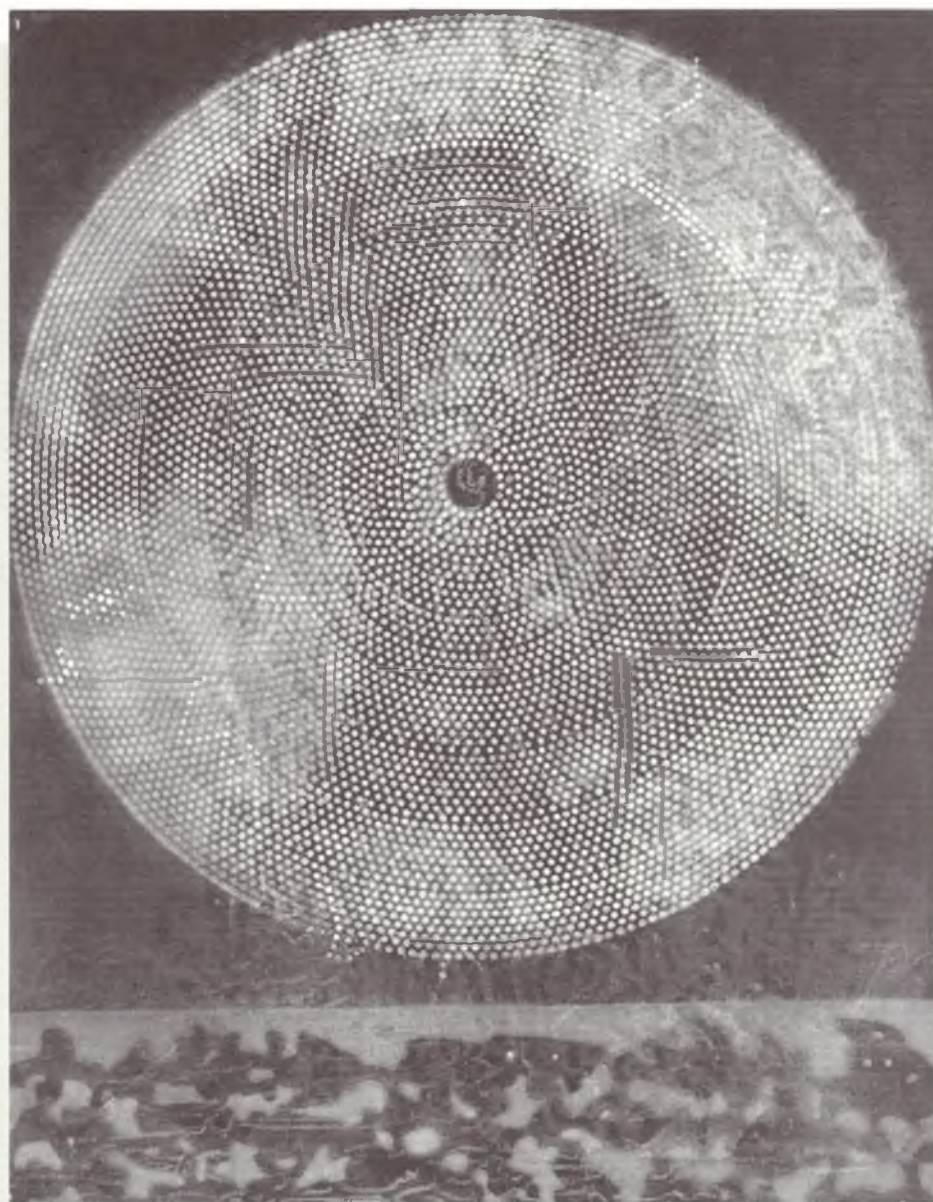
Contradições estruturantes

O processo FSM tem, todavia, que lidar com *contradições importantes*, constitutivas do que é o Fórum. Estas contradições estruturantes não podem ser suprimidas, nem superadas, ao menos na atual conjuntura (e provavelmente por toda uma etapa histórica), devendo ser assumidas como tais e administradas passo a passo ao longo do processo, trabalhando o que elas têm de produtivo e contendo seus elementos potencialmente destrutivos. Vivemos uma encruzilhada histórica, um período de profundas transformações da sociedade e da política, e o FSM dá voz não só a forças novas que emergem mas também a processos em continuidade com a etapa anterior.

A mais evidente contradição diz respeito à *relação com os partidos políticos*. A Carta de Princípios estabelece que partidos, governos e organizações armadas não são organizadores do FSM nem enviam delegados para seus eventos. O Fórum opta, assim, por abrigar expressões da sociedade civil hoje menos permeadas pela disputa de poder político, mas também menos integradas à defesa do *status quo*, e que exatamente por isso são as mais decisivas para uma recomposição estratégica da esquerda mundial. São elas que encaminham as resistências e lutas fundamentais em curso e impulsionam o debate sobre a construção de alternativas — hoje, de fato, muito mais do que os partidos políticos de esquerda que reivindicam esta função. O Fórum pode, desta forma, dialogar com o quadro de crise da representação política dos setores ativos na luta por outro mundo. A alternativa de ter os partidos integrando hoje o FSM dado o que é hoje o quadro partidário mundial traria consequências desastrosas para a dinâmica dos Fóruns — provavelmente introduziria tensões inadmissíveis e tenderia a repetir experiências fracassadas, como a do “Fórum de São Paulo”.

Mas o Fórum não é isento de contatos com os partidos. Todas as correntes políticas, antigas ou novas, presentes nas organizações e movimentos, acabam se expressando no FSM. E quanto mais estão em sintonia com as lutas e com o “movimento global”, mais presença estas correntes tem, através de seus militantes, nos fóruns. Os organizadores do FSM têm trabalhado espaços paralelos e alguns tipos de atividades nos eventos do processo para o debate com os partidos, governos, parlamentares e instituições multilaterais. Mas as tensões existem e permanecerão enquanto subsistir a crise de representação partidária.

A relação afirmativa das diferentes propostas políticas com o processo FSM, atuando segundo as regras estabelecidas pela Carta de Princípios, é um indicador da sua capacidade de sintonizar-se e impulsionar hoje o movimento global. Podemos dizer que uma das virtualidades do Fórum é justamente que ele pode con-



MAX ERNST: URBAL WATER AND SOUP, 1966

tribuir para acelerar a recomposição política da esquerda nos diferentes terrenos e, portanto, para superar esta crise de representação partidária da esquerda. Mas trabalhar esta dinâmica contraditória de forma consciente é diferente de defender que os partidos participem hoje como organizadores dos Fóruns.

Com a crise da representação política da esquerda e os partidos não participando diretamente do FSM, emerge a *demandade que o próprio Fórum cumpra o papel de direção*. Mas os fóruns são espaços e o CI, a Secretaria e os Comitês Organizadores são facilitadores para que estes espaços funcionem, apenas podendo apresentar propostas de rumos para o processo FSM e a preparação de seus eventos — o que influencia os rumos do movimento, mas de uma maneira muito indireta, não diretiva. A metáfora adequada para visualizar o movimento atual e o Fórum é a da rede e não a da pirâmide, ligada a uma etapa histórica passada. São lógicas não apenas diferentes mas contraditórias.

Neste contexto, o nexo de articulação política geral do movimento mais amplo (do qual o FSM é parte) e deste com os diversos eventos pelos quais o Fórum se instaura é cumprido pelas diversas organizações, movimentos e redes que assumem este desafio. Desde 2001, com o I FSM, o que é agora a Rede Internacional de Movimentos Sociais vem desempenhando um certo papel na articulação do movimento e das lutas. Mas sua funcionalidade é limitada, no FSM, pela necessidade de ele não se identificar com o próprio Fórum de conjunto, de defender a diversidade e pluralismo do processo e evitar que sua composição se estreite. E, no movimento mais amplo, pela atuação das organizações político-partidárias que

competem por um papel de direção.

Novamente, temos aqui uma tensão permanente a ser administrada ao longo do processo FSM, onde as instâncias do Fórum (CI, Secretaria, COs) tem que ser facilitadoras qualificadas, aceitar concorrências e conflitos de papéis, lidar pacientemente com disputas, estar permeáveis aos influxos do movimento e resistirem à tentação de suprimirem as contradições e se assumirem com o direção.

O futuro do processo

O que emerge deste quadro é um vasto, diversificado, paciente e por vezes contraditório trabalho coletivo de reconstrução da capacidade protagonista, desde baixo, da esquerda mundial — cujo destino se liga ao das lutas do multifacético movimento global. O futuro do FSM será, pois, profundamente determinado pelos choques que reconfiguram a paisagem política do mundo, vinculados à doutrina de guerra preventiva do governo Bush, à emergência de novas contradições interimperialistas ocupando o espaço do multilateralismo e aos acordos sobre a gestão (e repartição) do mercado mundial (OMC, Alca e, com outro caráter, União Européia). O gigantesco movimento contra a guerra, que adquire cada vez mais a feição de um movimento contra o império norte-americano, aponta as potencialidades do movimento global e também do processo FSM no próximo período.

Novos desafios estão emergindo e a forma como forem equacionados determinará se o processo FSM continuará catalisando ou não as energias de boa parte do movimento global. Alguns parecem estruturantes do processo no próximo ano.

1. A atuação do Comitê Organizador Indiano e o sucesso do IV FSM. O Fórum Social Asiático mostrou que existem condições, na Índia, para realizar um evento de importância equivalente ao de Porto Alegre. Isso trará para o processo FSM de conjunto um importante elemento de renovação e de enriquecimento de agenda, discursos e práticas políticas, além de potencializar a expansão do movimento global na Ásia. A conjuntura política adversa no país já estimulava a fragmentada esquerda indiana a assumir uma postura mais unitária. A legitimidade e o método do FSM facilitou que isso confluísse para o FSA. Mas há uma história própria da esquerda indiana e os desafios de renovação, respeito à diversidade e construção de convergências são grandes. Mas o processo avança e o IV FSM será realizado em Bombaim (Mumbai), de 9 a 14 de janeiro de 2004. Seu sucesso representará a maioria do processo Fórum.

2. A organização de um Fórum Temático Brasileiro. Enormes expectativas são depositadas pela esquerda mundial e pelos participantes do processo FSM sobre o governo Lula e a esquerda brasileira. O movimento aqui tem certa consciência dos limites das mudanças em curso, mas ainda assim a experiência que vivemos é um dos pontos atualmente mais avançados na busca de alternativas ao neoliberalismo. Um Fórum Temático pode debater esta experiência com amplos setores do movimento a nível mundial e mesmo auxiliar na sistematização de alternativas ao neoliberalismo em nosso país. Mas o alcance desta iniciativa depende da capacidade de seu Comitê Organizador, a ser formado, desencadear um processo abrangente.

3. A organização de um Fórum Social da América do Norte (ou dos Estados Unidos). Impulsionar uma dinâmica unitária para o fragmentado movimento dos Estados Unidos é um desafio crucial para a esquerda mundial; o império só pode ser derrotado com uma atuação simultânea de dentro e de fora. Um evento que catalise as forças da oposição popular à política de Bush pode ter, para esta região, um significado semelhante ao que teve o Fórum Social Europeu, que para muitos marcou o nascimento de um movimento social europeu. A decisão de, em princípio, realizar a reunião do Conselho Internacional do FSM deste ano em Miami, de 23 a 26 de junho, na sequência do congresso de *Jobs with Justice* (uma organização integrante do CI), pode ajudar o processo de organização de um Fórum regional.

Estas três iniciativas correspondem hoje às fronteiras de expansão política e espacial do processo FSM. Tem um estatuto diferente, por exemplo, do II Fórum Social Europeu, cujas tensões e problemas são previsíveis. O desafio é, em todos os casos, o de desencadear processos abertos, pluralistas e democráticos, sem qualquer espaço para exclusão — sempre tendo como parâmetro nossa Carta de Princípios. Isso garantido, o espaço que estabelecerão tende a catalisar enormes aspirações de debate, encontro e articulação do movimento global.

José Corrêa Leite é da Coordenação Nacional da DS.

A CUT E OS NOVOS DESAFIOS

O 8º Concut deve marcar o início de uma nova fase na história da CUT orientada por objetivos estratégicos e canalizando energias militantes para o seu fortalecimento como entidade democrática, de massas e classista.

Rosane da Silva e Rafael Freire

Nos dias 3 a 7 de junho ocorrerá o 8º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores – CUT na cidade de São Paulo, com a presença de delegados de cerca de 2.000 entidades filiadas aptas a participar. O tema central será a estratégia da CUT neste período inaugurado com a vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2002. É no debate sobre a postura da CUT diante do novo governo e a sua posição em relação às reformas anunciadas que se conformarão os campos políticos com suas repercussões sobre a composição da nova direção a ser eleita neste congresso.

A pauta estratégica da CUT

A CUT faz parte, junto com outras entidades e movimentos sociais, do mesmo campo político que elegeu o novo governo. O resultado eleitoral expressou, claramente, o enorme desejo de mudanças presente na sociedade e abre possibilidades inéditas para o avanço do projeto democrático e popular. Ao mesmo tempo, apresenta novos desafios para a CUT em pelo menos 3 aspectos. O primeiro refere-se à intervenção da CUT orientada para impulsionar as transformações sociais no Brasil. Isso requer uma mudança qualitativa na formulação e disputa das políticas e na construção de mobilizações sindicais e sociais que tanto expressem a autonomia da Central como seu compromisso com a vitória do projeto e do governo Lula.

O segundo aspecto refere-se à defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadores que se vincula às reformas anunciadas. Aqui se trata de produzir uma força social capaz de garantir o sentido popular e progressista para estas reformas, que além da garantia dos direitos fundamentais signifiquem sua ampliação. A mobilização social deverá ser suficiente para derrotar as pressões do capital internacional e dos setores neoliberais no país. De forma combinada com sua atuação nas reformas a CUT deverá lutar, em aliança com outros setores, pela mudança da atual política econômica, condição para que o

país transite para um outro modelo econômico e social.

O terceiro aspecto trata do fortalecimento da própria CUT. Não se pode responder aos atuais desafios com o mesmo padrão de funcionamento e ação que a Central adotou nos anos 90. É necessário mudar a gestão da entidade com o funcionamento democrático, regular e efetivo das suas instâncias e a garantia de condições apropriadas para o exercício dos mandatos. Mas não apenas a agenda interna deve ser qualificada. Sem uma orientação estratégica e muita unidade interna a CUT não tem condições de participar como pode e deve da transformação social.

Mulheres: uma agenda mais ampla

A organização das mulheres da CUT também deve repercutir a nova situação política e buscar estabelecer um novo patamar de intervenção nas diversas frentes tendo como prioridade a superação da situação de desigualdade a que as mulheres estão submetidas no mercado de trabalho e no espaço sindical.

Uma das prioridades é a ampliação do alcance das negociações coletivas, para que abarquem além das questões relativas à maternidade outros problemas da mulher no trabalho. Mas isso precisa estar inserido na definição de uma agenda mais ampla e complexa que envolva os temas da política econômica e dos direitos sociais, inseridos na luta pela construção de uma nova ordem internacional.

Isto reforça a importância da CUT ampliar sua participação na Marcha Mundial de Mulheres, orientando suas entidades filiadas a se integrarem nas campanhas em curso, em particular, a dirigida a elevação do valor real do salário mínimo

com grande impacto na distribuição de renda e no combate à pobreza entre as mulheres. Além disso, cobra da CUT uma atuação nas reformas que contribua para superar e não agravar esta desigualdade.

De forma unitária, as participantes no Seminário Nacional sobre a Organização das Mulheres da CUT formularam uma série de propostas de resolução sintonizadas com as prioridades indicadas anteriormente.

A proposta de criação da Secretaria de Mulheres em todas as instâncias da CUT com a indicação das condições necessárias para seu efetivo funcionamento resolve positivamente um debate que se arrastou por vários anos.

Diferentes campos políticos

As nove teses apresentadas, assinadas por membros da Direção Nacional da CUT partem de um ponto comum, o reconhecimento de que a eleição de Lula representou uma derrota eleitoral do projeto neoliberal e uma vitória popular que abre uma fase inédita no país que trará novos desafios e exigências para todos e todas comprometidas com a transformação social. A partir daí expressam-se diferenças que delimitam, inicialmente, dois grandes campos.

Por um lado, um amplo campo formado por correntes sindicais nacionais de militantes referenciados no PT- Articulação Sindical; CUT Socialista e Democrática - CSD; Alternativa Sindical e Socialista - ASS; Articulação de Esquerda - AE; O Trabalho; Tendência Marxista (que recentemente saiu da ASS) – e no PC do B – organizados na Corrente Sindical Classista – CSC. Em comum a valorização da vitória de Lula, a identificação e o compromisso com a vitória do projeto e o engaja-

mento na disputa de rumos do governo e da sociedade.

De outro lado, um setor – basicamente representado pelo MTS – Movimento por uma Tendência Socialista – que questiona o processo e o projeto de conjunto a partir de uma outra opção política, ideológica e partidária e que assume a tarefa de organizar a oposição ao governo.

Durante os governos FHC, a defesa dos direitos exigiu uma luta permanente contra as reformas neoliberais de claro sentido regressivo. A vitória de Lula não define por si o conteúdo das reformas; a correlação de forças não foi alterada a ponto de que qualquer reforma tenha um caráter democrático e progressista.

Não se trata, portanto, da CUT se posicionar a priori a favor das reformas no abstrato. A postura da CUT deve partir da defesa dos direitos da classe trabalhadora, buscar ampliá-los orientada por uma visão estratégica sobre a natureza das disputas em curso, das mudanças que deseja em cada tema, sem abrir mão de sua autonomia.

O desafio passa por disputar a lógica e o conteúdo das reformas, participando de processos públicos de negociação e mobilizando para a defesa dos direitos.

Autonomia e compromisso com o projeto de mudanças não são incompatíveis, mas produzem um novo terreno, permeado de contradições, que alteram profundamente as condições em que o sindicalismo cutista tem feito política.

Uma CUT mais forte e mais atuante

A CUT assume um lugar nas disputas na sociedade e ao fazer isso demarca campos políticos e prioriza a construção de alianças com setores democráticos e populares, com movimentos, entidades e partidos de esquerda. A experiência do Fórum Nacional de Lutas cumpriu um papel importante no período de resistência ao governo neoliberal de FHC deve ser valorizada e repensada diante do novo cenário.

O desafio agora é ampliar as alianças sociais sintonizadas com uma plataforma comum que organize a disputa de rumos na sociedade, que aprofunde identidades e contribua para a vitória do projeto democrático e popular e acumule na perspectiva de um novo bloco histórico.

Com ênfases diferentes as teses destacam a fortalecimento organizativo da CUT e de sua capacidade de direção como condição para sua intervenção neste novo período. Aqui é preciso destacar uma mudança importante no foco deste debate. No congresso anterior o centro estava na pressão pela definição de um “modelo organizativo”, cujo carro-chefe era a proposta de sindicato nacional orgânico dos metalúrgicos. Agora o foco é outro. A preocupação geral é com a ampliação de sua representação e de sua capacidade de colocar em movimento a classe trabalhadora e assim ampliar sua força na sociedade.

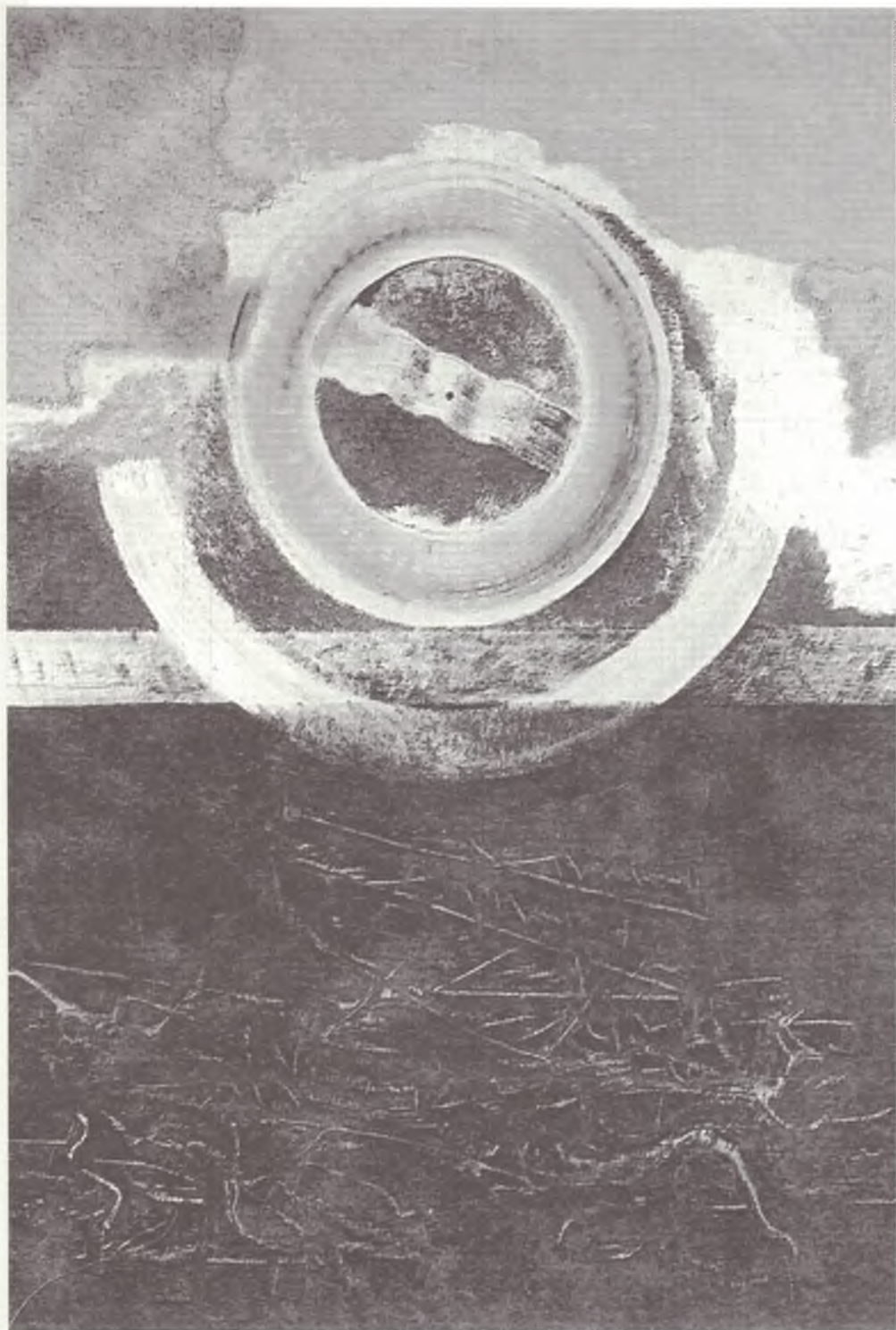
Essa mudança repercutiu sobre a discussão da reforma estatutária da Central que deverá ser postergada ou, pelo menos, se restringir a questões mais pontuais e consensuais.

O 8º Congresso Nacional deve marcar o início de uma nova fase na história da CUT orientada por objetivos estratégicos e canalizando energias militantes para o seu fortalecimento como entidade democrática, de massas e classista.



MAY EMMETT / MAGNET / TRUEN 1975

OUTRO RUMO PARA A UNE



MAX KATZ/DAZ/SCIENCE/2002

resgate da produção de conhecimento como parte da estratégia de construção de um modelo de desenvolvimento autônomo. O Ministério precisa afirmar a emergência de uma profunda reforma universitária no Brasil com um sentido democrático, popular e universal, que insira a Universidade na edificação de um novo projeto de nação. Medidas concretas devem ser tomadas no sentido de ampliar o acesso, recompor o orçamento para garantir políticas de assistência estudantil, revogar a legislação autoritária que rege a gestão das instituições de ensino superior e de construir um projeto de avaliação institucional global.

Uma outra cultura política

Para trazer a UNE de volta às lutas, é necessário modificar as estruturas e a prática política não apenas da entidade, mas de todo o movimento. Há alguns anos, o conjunto das lutadoras e lutadores do movimento estudantil que se articula em torno do campo *Kizomba*, propõe a construção de uma prática política diferenciada, radicalmente democrática, amplamente participativa e profundamente comprometida com a construção de novos valores e modos de vida. Só assim será possível dar um novo rumo para o movimento estudantil.

Esta outra forma de fazer política baseia-se no estímulo e valorização da participação de cada estudante. Não se pode admitir que representados e representantes permaneçam separados por um imenso abismo. Não podemos reproduzir práticas autoritárias, hegemônicas, sectárias, machistas, preconceituosas e excludentes, sob o risco de perpetuar e agravar a atual crise do movimento estudantil. Nosso desafio é inaugurar uma nova forma de perceber e intervir. E o início deste processo envolve mudanças qualitativas em pelo menos três aspectos. Nossa prática e nossa atuação cotidiana deve estar de acordo com nossos pressupostos políticos. Assim, uma outra cultura política passa pela superação dos entraves à participação das mulheres, das/os negras/os, das/os portadoras/es de deficiências, dos gays e das lésbicas. Além de combater uma prática excludente no interior do movimento, devemos incorporar à nossa pauta política a luta pela superação de toda forma de discriminação e ampliar ao máximo a plataforma política, incorporando preocupações inerentes à juventude como a luta pela preservação ambiental e o debate sobre as drogas e o aborto. O movimento estudantil deve se tornar cada vez mais um movimento de juventude.

Democratizar para superar a crise

A democratização das entidades é um pressuposto para a superação da crise e este é o segundo aspecto. Uma outra cultura política deve substituir as atuais estruturas verticalizadas e burocratizadas por estruturas democráticas, horizontais e abertas à participação. A situação da UNE é grave: o pleno da diretoria virou uma peça de decoração e apenas a executiva funciona; o presidencialismo evidencia uma lógica personalista e autoritária; não há espaços periódicos de consulta à base do movimento; os conebs foram extintos; os congressos são anti-

O debate sobre o papel dos movimentos sociais diante do novo governo vem ocupando um lugar de destaque também no movimento estudantil. A autonomia dos movimentos e de suas entidades deve ser o ponto de partida para a ação política da União Nacional dos Estudantes (UNE) no próximo período, pois as possibilidades de implementar reformas populares na educação somente serão concretizadas se impulsionadas pela pressão social daqueles que construíram a vitória popular de 27 de outubro de 2002. Por isso, a tarefa central é a recondução da UNE ao papel de principal instrumento de mobilização nacional dos estudantes brasileiros.

Com a proximidade do 48º Congresso da UNE - Conune avança o debate sobre a construção de uma alternativa a atual direção, hegemônica pela União da Juventude Socialista - UJS, vinculada ao Pc do B. Uma proposta que altere profundamente a forma como a UNE vem sendo conduzida nos últimos 12 anos, que além de enfatizar a autonomia enfatize a necessidade da democratização da entidade e do movimento e oriente sua atuação na recuperação da universidade pública brasileira.

São incontestáveis os avanços do Ministério da Educação (MEC) no diálogo estabelecido com os movimentos sociais

e suas entidades para apresentar um novo modelo de gestão. Em reunião recente com o Fondep (Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública) o Ministro Cristovam Buarque reafirmou seu compromisso com as reivindicações apresentadas no "Plano Nacional de Educação: proposta da sociedade brasileira", construída e atualizada pelo conjunto dos movimentos e organizações que atuam no campo da educação.

Porém, o MEC tem vacilado em diversas posições relacionadas com questões históricas do movimento. Ora apresenta um discurso de mudança, ora de continuidade, que se expressa na importância das fundações privadas e na ausência de uma crítica contundente à expansão do ensino pago. Soma-se a isto a resposta negativa, no primeiro momento, a reivindicação do "fim do provão", que mobilizou o movimento estudantil durante todo o governo FHC. Além disso, o ministro tem defendido publicamente que a graduação passe a durar "dois ou três anos, no máximo", proposta semelhante à do ex-ministro Paulo Renato e que consta em alguns documentos de orientação do Banco Mundial para a educação.

O atual governo deve acabar com as políticas privatistas do governo FHC nas universidades públicas e promover o

As reformas populares na educação só serão concretizadas se impulsionadas pela pressão social daqueles que construíram a vitória popular de outubro de 2002. Por isso, a importância da recondução da UNE ao papel de principal instrumento de mobilização nacional dos estudantes brasileiros.

Andreson Campos e Vinícios Wu

democráticos, burocratizados e suas regras são facilmente corrompidas por quem assim o desejar.

O terceiro aspecto refere-se ao financiamento das entidades que deve expressar a retomada da participação e do envolvimento dos estudantes em suas entidades através da contribuição voluntária. Desta forma, a sustentação material das entidades deve ser o reflexo da representatividade junto aos estudantes.

Em vários lugares, as entidades de base têm inovado nesse campo. Para as entidades nacionais, devemos investir na arrecadação via contribuição de entidades filiadas. Os C.As, D.As e DCEs que assim desejarem, deverão se filiar à UNE, contribuindo com uma anuidade. Com pelo menos um fórum nacional a cada ano, a UNE teria condições de promover a arrecadação a partir da participação das entidades em seus fóruns. Para terem direito a voto em CONEBs e CONEGs as entidades deverão quitar suas dívidas com a entidade. Como mecanismo de controle teríamos que construir um orçamento participativo da entidade.

Mudanças que anunciam o novo

Os últimos dois anos anunciaram fortes ventos de mudança. A realização do plebiscito nacional sobre o Provão, a campanha contra a mercantilização da educação, a greve das universidades federais de 2001, o Encontro Nacional de Entidades de Base (construído por fora das estruturas da UNE), são exemplos de que uma outra prática política no movimento estudantil é possível.

Avançar é urgente. Temos que promover uma verdadeira refundação democrática da UNE, na sua estrutura e no seu funcionamento. Ao promover estas rupturas (na organização da entidade e na prática política do ME) estaremos construindo bases sólidas para mudar a sua direção. Desta forma, não se trata de uma mera substituição de dirigentes. Mais que isso, expressará o compromisso de um novo direcionamento para o movimento estudantil.

Anderson Campos é membro da Executiva Nacional da UNE e Vinícios Wu é estudante de história na UFRJ.

CONGRESSO DA IV INTERNACIONAL

O XV Congresso se desenvolveu em um contexto político e ideológico de retomada de movimentos sociais e de crescimento da esquerda, embora ainda estejamos diante da ofensiva neoliberal — inclusive com sua terrível face de “globalização armada”.

João Machado

A IV Internacional realizou seu XV Congresso Mundial em fevereiro de 2003, na Bélgica. 140 delegadas e delegados, bem como observadores, representando organizações de cerca de 50 países, debateram e adotaram resoluções (cuja edição em diversas línguas será divulgada brevemente) sobre os seguintes temas: a situação política mundial, incluindo um balanço sobre a evolução do ex-bloco soviético e das resistências à globalização neoliberal; o chamado “movimento de movimentos”; o papel e as tarefas da IV Internacional; os novos estatutos; a liberação gay e lésbica; ecologia e socialismo (estes dois últimos constituindo novos documentos programáticos).

Estavam presentes convidados representando organizações exteriores à IV Internacional, como o SWP (Socialist Workers Party) da Inglaterra, o SSP (Scottish Socialist Party) da Escócia, o DSP (Democratic Socialist Party) da Austrália, LO (Lutte Ouvrière) da França

Um novo clima político

A primeira coisa a sublinhar é a mudança de clima desde o último congresso mundial, em 1995. Este tinha se realizado em uma situação política marcada pelo desmoronamento da URSS e dos países do Leste da Europa, por derrotas e recuos do movimento operário e socialista em diversos países. O XV Congresso se desenvolveu em um contexto político e ideológico de retomada de movimentos sociais e de crescimento da esquerda, embora ainda estejamos diante da ofensiva neoliberal — inclusive com sua terrível face de “globalização armada” — e a posição dos trabalhadores assalariados seja ainda defensiva. Mesmo com a defasagem existente entre a amplitude dos movimentos de resistência social, de um lado, e de outro sua correspondência política e sua tradução em consciência socialista, abrem-se oportunidades para a atividade dos militantes internacionalistas sem paralelo com as que existiam oito anos atrás.

Completando a mudança de clima, os participantes do congresso tinham uma consciência clara do papel significativo desempenhado pelos militantes da IV Inter-

nacional na retomada das mobilizações sociais e nos avanços conseguidos no último período. Este papel é visível no movimento de resistência de luta contra a globalização neoliberal, desde as iniciativas que prepararam este movimento há vários anos (a primeira versão do texto “Resistências contra a Globalização Capitalista” foi escrita antes de Seattle e do Fórum Social Mundial, e já refletia o engajamento neste movimento) quanto nas grandes mobilizações recentes e no processo do Fórum Social Mundial. É visível também na recomposição do movimento sindical; no movimento contra a guerra de Bush-Blair; na reconstrução de uma esquerda anticapitalista na Europa, inclusive com uma participação eleitoral que começa a ser significativa (a IV Internacional tem parlamentares eleitos em diversos países europeus, no quadro de alianças de esquerda — como o Bloco de Esquerda em Portugal, a aliança Vermelho-Verde na Dinamarca e a aliança LO-LCR nas eleições francesas para o parlamento europeu — ou através da participação em partidos mais amplos, como o Partido da Refundação Comunista na Itália; é importante destacar também a votação de Olivier Besancenot nas eleições presidenciais francesas).

Na América Latina, que vive uma grande crise com um grande desgaste do neoliberalismo, as grandes mobilizações sociais e a organização de movimentos de luta de âmbito internacional (como a Marcha Mundial de Mulheres e a campanha contra a ALCA) abrem novas possibilidades de construção da esquerda socialista.

O papel desempenhado pela tendência Democracia Socialista (formada por militantes do PT identificados com a IV Internacional) no Brasil constitui um dos elementos mais significativos deste quadro. Por isso, uma das discussões centrais do congresso foi a da situação no Brasil a partir da vitória de Lula e do PT nas eleições recentes.

No período de recuo para a esquerda que se seguiu à derrocada da URSS e do seu campo, o engajamento dos militantes da Internacional nestes processos, bem como a abertura para os novos debates, foi o que salvou nossa corrente da marginalização e do sectarismo. Na nova etapa que se abriu desde o fim dos anos 90, o que está na ordem do dia é o crescimento das organizações da Internacional. Neste congresso representaram-se aproximadamente o do-

bro de militantes com relação ao anterior, e notava-se um expressivo rejuvenescimento de diversas seções. Além disso, o congresso teve a oportunidade de saudar o ingresso de uma nova seção com expressivo peso militante, o Partido Revolucionário dos Trabalhadores, nas Filipinas.

O relançamento da IV Internacional

Falou-se em “relançamento” da IV Internacional. Isto não implica de nenhuma maneira uma auto-afirmação sectária; pelo contrário, a abordagem adotada, explicitada na resolução sobre o papel e as tarefas da IV Internacional, é de abertura, de diálogo, de colaboração, de reagrupamentos:

“Nossa tarefa principal como IV Internacional consiste em contribuir para uma vasta reorganização do movimento operário e social em escala mundial, tendo como perspectiva a constituição de uma nova força internacionalista, pluralista, revolucionária, militante e com um impacto de massa”.

A IV Internacional não se propõe a ser, portanto, o “partido mundial da revolução socialista” (objetivo fixado no momento da sua fundação, em 1938) e nem mesmo o núcleo de um tal partido futuro. Ela se reconhece como uma corrente revolucionária entre outras; esta perspectiva se refletiu na adoção dos novos estatutos.

Um dos temas centrais dos debates do congresso foi o papel do “movimento de movimentos” contra a globalização neoliberal e da nova geração militante que se expressa através dele. Como a resolução já citada assinala:

“A construção das Internacionais que existiram na História respondeu, cada vez, a novas tarefas ligadas a evoluções sócio-políticas de grande amplitude. A nova fase política de reorganização coloca de saída o problema de uma nova Internacional anticapitalista/anti-imperialista, revolucionária de massa”.

Nossa luta atual é para reforçar este movimento e para realizar todas as suas potencialidades, como movimento sócio-político, como espaço de discussão e de elaboração, como portador de várias campanhas autônomas (taxa Tobin, anulação da dívida do Terceiro Mundo, defesa dos serviços públicos...), como reagrupamen-

to de movimentos sociais já constituídos (sindicatos, desempregados, ecologistas, ...), como frente única mundial (caso das mobilizações anti-guerra). Ao mesmo tempo, é preciso desenvolver as discussões que possam contribuir para a clarificação política e para o avanço da consciência socialista.

O debate sobre o Brasil

Já foi mencionada a importância do debate sobre o Brasil no congresso.

Isto se explica por várias razões, principalmente pela importância da vitória de Lula e do PT na América Latina e pelo papel desempenhado pela DS neste processo. Além disso, a situação criada com a participação da DS no governo é bastante incomum na história da IV Internacional, e desperta expectativas positivas, de um lado, mas de outro preocupações, dúvidas, e às vezes oposição.

O conjunto dos delegados compartilhava a avaliação de que a vitória de Lula e do PT representou uma derrota do neoliberalismo e uma mudança na correlação de forças em favor dos trabalhadores. Além disso, compreendia bem que o povo brasileiro tem grandes esperanças no governo Lula, e o apóia. Contudo, os delegados preocupavam-se com as consequências das alianças feitas com setores burgueses desde a campanha, bem como com a orientação da política econômica no início do governo.

O debate deixou claro que a visão crítica do processo do governo é compartilhada pelos militantes da DS, que têm travado uma luta clara contra as orientações ou propostas que representam continuidade da política neoliberal. Por outro lado, as razões que justificaram a decisão tomada pela DS de participar do governo (expressas na resolução da Coordenação Nacional de novembro de 2002) foram compreendidas pela grande maioria dos delegados. De modo geral, podemos dizer que o congresso, embora não tenha realizado nenhuma votação sobre este ponto (nos congressos da IV Internacional não se delibera sobre questões de orientação nacional) expressou sua confiança nas companheiras e nos companheiros da DS.

(Este artigo utilizou livremente avaliações do XV Congresso publicadas na imprensa da IV Internacional).



QUEBRANDO O GELO

Muitas vezes nos perguntamos como surgiu a linguagem, essa formidável ferramenta que permite que nos comuniquemos, que expressemos pensamentos. Evidentemente não é a única que usamos para nossa comunicação. Existem muitas outras, algumas que nem conseguimos controlar.

Se pensamos do ponto de vista evolucionário, somos tentados a imaginar que a linguagem surge como um processo de evolução "gradual e segura", pequenos incrementos, melhorias que vão permitindo falantes e ouvintes a se entenderem cada vez melhor. Mas parece que a coisa pode ter escolhido um outro caminho. Assim, linguagens intermediárias entre as diversas que conhecemos e formas limitadas de sinalização animal podem não ter existido. De guinchos ou grunhidos para uma estrutura elaborada, a linguagem aparece num processo de transição, como o que observamos quando gelo se derrete, "virando" água. Transições de fase são fenômenos muito estudados pelos físicos, e eles não poderiam deixar de fora uma oportunidade destas...

Ramon Ferrer i Cancho e Ricard Solé, do Laboratório de Sistemas Complexos da Universidade Pompeu Fabra, em Barcelona, desenvolveram um modelo matemático tentando estudar o desenvolvimento da linguagem. Neste modelo, a riqueza presente numa linguagem emerge como um compromisso entre as necessidades do falante e do ouvinte. A falta de balanceamento entre essas demandas significaria a perda de informação.

Do ponto de vista de um ouvinte, a linguagem ideal seria aquela na qual cada conceito, cada coisa tem associada uma palavra de sentido sem ambiguidade. Assim, o verde da grama não é o mesmo do verde da folha ou da esmeralda. A palavra não estaria, desta forma, definida no interior de um contexto, requerendo algum grau de interpretação. De outro lado, para um falante, a linguagem ideal seria aquela de poucas palavras, onde um número limitado de sons poderia conter diversos significados (não é aquilo que os surfistas fazem, onde um número limitado de sons não tem, em geral, nenhum significado).

Em seu modelo, Ferrer i Cancho e Solé propõe que o custo do uso de uma linguagem depende do balanço entre estas preferências. Eles calcularam as propriedades do conjunto de palavras de uma linguagem, seu "dicionário", que requeriria o menor esforço dado diferentes graus de compromisso, partindo de conjuntos enormes até linguagens com uma única palavra (para físicos e surfistas é possível uma linguagem com uma única palavra, apesar que só os últimos a utilizariam). A mudança de um extremo ao outro não ocorre paulatinamente. Existe um salto na quantidade de comunicação, para um dado valor de pesos das preferências de falantes e ouvintes.

E nestes momentos, ocorre um fenômeno que é observado nas linguagens atualmente existentes. Se você pega a frequência com que as palavras são usadas e constrói um gráfico, aparece uma função característica de inúmeros fenômenos físicos, uma lei de potência. Este mesmo tipo de função está presente em um sem número de fenômenos naturais, desde a frequência de terremotos (onde é conhecida como escala Richter) até avalanches e estruturas ractais orgânicas. Pela primeira vez há uma proposta que explica, com base no estudo de sistemas complexos, as curiosas estruturas observadas nas diversas linguagens humanas. Mais uma vez, vida e consciência parecem, de fato, ser produto emergente de processos autoorganizados.

Américo Tristão Bernardes é professor de Física da UFOP.

Michael Löwy. A estrela da manhã surrealismo e marxismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

Analisando o surrealismo como uma tentativa de reencantamento do mundo, Löwy percorre a trajetória do movimento e se detém em figuras-chaves como Benjamin, Breton, Naville, Debord e Bounoure.

Leandro Konder. A questão da ideologia. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

Estudo sistemático do conceito de ideologia, antes de Marx, com ele e depois dele, percorrendo a seguir contribuições dos mais importantes marxistas do século XX e debatendo a presença desta noção em várias áreas de conhecimento.

Pierre Bourdieu. A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. São Paulo, Zouk, 2002.

Três ensaios de Bourdieu dos anos 70 sobre a dominação simbólica, o primeiro que dá o título ao livro, um segundo sobre a moda e um terceiro, "Modos de dominação", sobre a economia.

Giorgio Agamben. Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.

Num momento em que a política se torna biopolítica, o campo de concentração surge como o verdadeiro paradigma político da modernidade. Uma obra fundamental para o debate filosófico e político contemporâneo.

UNIDADE BIOLÓGICA E DIVERSIDADE CULTURAL

Com o desenvolvimento das biotecnologias, a compreensão da articulação entre natureza e cultura na constituição do humano foi fortemente pressionada por visões de determinação genética do comportamento. Mas três livros recentes buscam integrar os avanços da genética em marcos analíticos coerentes com a humanização da nossa espécie pelas suas modificações histórico-sociais.

Richard Lewontin é um dos pesquisadores que na genética mais tem combatido o determinismo biológico. Em **A tripla hélice: gene, organismo e ambiente** (São Paulo, Companhia das Letras, 2002), ele mostra como idéias centrais da ciência são metáforas que devem ser trabalhadas com cuidado. Debatendo as noções de desenvolvimento e adaptação, destaca como os organismos não apenas estão sujeitos a forças autônomas internas (genéticas) e externas (ambientais), mas também promovem alterações constantes no ambiente.

Luca Cavalli-Sforza, figura central no estudo da evolução humana, publicou, junto com seu filho Francesco, **Quem somos: história da diversidade humana** (São Paulo, Ed. da Unesp, 2002), onde alia genética, antropologia, lingüística, história, arqueologia e demografia para reconstituir a trajetória do *homo sapiens* em sua jornada

desde sua formação na África. A genética e a lingüística entram aqui como instrumentos para mapear os deslocamentos das populações e combater o racismo e as idéias eugenistas. Uma obra erudita de leitura agradável que revela, por trás da diversidade cultural humana, a semelhança biológica fundamental que une todos os membros de nossa espécie.

E Michael Tomasello nos mostra, em **Origens culturais da aquisição do conhecimento humano** (São Paulo, Martins Fontes, 2003), como foi possível aos seres humanos, em uma curta jornada como espécie, desenvolver as aptidões para criar ferramentas e tecnologias complexas, sistemas lingüísticos e simbólicos, e instituições sofisticadas. Partindo de pesquisas sobre a cultura e a cognição nos chimpanzés e nas crianças, ele descarta o determinismo biológico para mostrar como os humanos tem um mecanismo de transmissão cultural único, que lhe permite acumular modificações ao longo do tempo. Nenhum dos mais complexos artefatos ou práticas sociais humanos

foi inventado num único momento, mas foram sendo sucessivamente desenvolvidos ao longo de gerações, num "efeito-catraca": mecanismos de transmissão social confiáveis permitem que cada geração, tendencialmente, se apóie na herança das gerações passadas. Nascemos de tal forma que podemos considerar os outros membros de nossa espécie como seres pelos quais apreendemos o mundo, como seres com vidas mentais e intencionais iguais a nós, que nos envolvem numa aprendizagem cultural permanente.

Estes livros contribuem para o diálogo entre as ciências humanas e biológicas, numa linha oposta à projetos que buscam reduzir o social ao biológico.

O Espírito de Porto Alegre

A coletânea de ensaios e entrevistas **O espírito de Porto Alegre**, organizada por Isabel Loureiro, José Corrêa Leite e Maria Elisa Cevalco (São Paulo, Paz e Terra, 2002) tem como objetivo reunir contribuições que, a partir do diagnóstico do estado de sítio em que vive o mundo atual, apontem alternativas a uma sociedade centrada na mercantilização de todas as esferas da vida. Estas alternativas não são invenções de teóricos encerrados em suas torres acadêmicas, mas muito pelo contrário, estão enraizadas nos inúmeros movimentos sociais, organizações não-governamentais, associações espalhados por todo o planeta e que se reúnem não só no FSM, mas também nos vários fóruns regionais e continentais organizados nos últimos anos.

Na primeira parte do livro, Pontos de vista: o momento da antiglobalização, são reunidas leituras do chão social onde se desenvolve o movimento de resistência às pressões e limites do presente - com textos de Wallerstein, Fiori, Paulo Arantes, Jameson, Dennig e Chico de Oliveira. A seguir são apresentadas Alternativas visando a desmercantilização dos bens comuns, indo da ciência à construção de novos valores. Na tentativa de recriar a experiência multifacetada de Porto Alegre, reunimos em uma terceira parte testemunhos e entrevistas com participantes-chaves dos dois Fóruns. Na parte final, vem um mapeamento dos acontecimentos mundiais que marcaram o período entre o primeiro e o segundo Fóruns, em 2001, como os protestos de Quebec e Genova, o 11 de setembro e a crise argentina.

O ESPÍRITO DE PORTO ALEGRE



Organizadores:
Isabel Loureiro
José Corrêa Leite
Maria Elisa Cevalco

LEBRANDO CARANDIRU

Este é um fenômeno que precisa ser melhor analisado: na sociedade do espetáculo o que significa encher as telas dos cinemas de sangue e fazer o público consumi-lo como se fosse água.

Luciana Rodrigues



O massacre do Carandiru não deve ser esquecido, nunca, ele não é um fato isolado, não é passível de implosão, pois enquanto um Carandiru desaparece, outros proliferam e se refletem em muitos outros que ainda existem e que estão sendo criados.

Apesar do clima de crônica de uma morte anunciada "carandirus" dão público, como se observa nos mais de 350 mil exemplares vendidos do livro Estação Carandiru, de Drauzio Varella. Mas também dá público, principalmente estrangeiro: visitas turísticas às favelas (será que são chamadas de "shanty-town tour"?), e filmes sobre traficantes que matam sem piedade criancinhas... será que "nossa" miséria virou produto de exportação? Ou, quem sabe, porque podemos ver as "nossas" feras sem medo, desde que sintamos que as grades a nos separar são seguras?

Este é um fenômeno que precisa ser melhor analisado: na sociedade do espetáculo o que significa encher as telas dos cinemas de sangue e fazer o público consumi-lo como se fosse água (tal como o personagem Zico, no filme Carandiru), namorando com a violência como algo heróico ou de índole, esvaziando as causas estruturais que a geram.

Não quero, aqui, cometer o erro de colocar todos os filmes que pretendem falar sobre a exclusão e a marginalização no Brasil no mesmo nível: trabalhos como Rap do Pequeno Príncipe, Ônibus 174, Madame Satã, O Invasor e Bicho de Sete Cabeças, para citar por alto, ou mesmo o livro Estação Carandiru, merecem um tratamento muito mais respeitoso, por terem uma proposta diferenciada, não entrando no mérito se são ou não obras que podem ser considerados espetaculares, até mesmo porque neste momento meu critério é outro.

Então sai do cinema, após assistir o filme Carandiru, de Hector Babenco, com sentimentos contraditórios: em qual das categorias acima eu o enquadraria?

Outros bichos

O cinema brasileiro durante muito tempo fugiu de falar sobre sua

história recente então: ponto para Hector Babenco, o argentino mais brasileiro da história do cinema. Disse ele em entrevistas "Que função social pode ser maior para um filme do que fazer com que o outro passe a ser compreendido por aquele que tem R\$ 14 para ir a um cinema no shopping?"... será que compreende mesmo? Será que esta experiência não vira algo como a tal visita ao zoológico ou um documentário do tipo Animal Planet? Confesso que não sei, mas tenho uma intuição de que a narrativa de Carandiru não atinge esta pretensão do diretor.

Não devemos esperar dele um documentário sobre a tragédia ocorrida em 1992, onde 111 presos foram executados no pavilhão 9 do presídio paulistano Carandiru.

Babenco pretendeu apenas adaptar o livro já mencionado, onde um médico durante anos transitou entre os presos e conheceu suas histórias. Entretanto enquanto o livro é um relato que se dispõe a denunciar sem dó e apaixonadamente o cruel sistema penitenciário do Brasil, por outro o filme esvazia este conteúdo e acaba por romancear muitas das situações.

Superprodução e romance

Em clima de romance tem uma produção impecável: a fotografia, quadradinha, de Walter Carvalho, muito longe da inventividade que mostrou em Madame Satã, mas tão próxima à beleza plástica e sem vida de Abril Despedaçado, uma direção de arte que valoriza as características dos personagens, uma trilha sonora envolvente e um elenco jovem já talhado para o cinema. A estrutura é de uma superprodução (em termos brasileiros): orçamento de 12 milhões, 260 cópias (quem pode lembrar que há nove anos atrás o filme da "retomada", Carlota Joaquina, tinha apenas uma cópia, que era distribuída pela própria diretora, Carla Camurati?), 8.000 diárias de figurantes, 26 atores principais e 120 secundários... O resultado é um filme que pode agradar a um número grande de espectadores.

Sua estrutura narrativa é clássica, esquemática, que não deixa espaço para

os espectadores criarem e chegarem às suas próprias conclusões. Mas mesmo Babenco não parece convencido de que este é o melhor caminho, pois quebra esta narrativa colocando outros elementos. Entre se adaptar ou inovar o diretor falha, em ambos.

Um emblema: todo o filme clássico pede um herói, neste caso o herói seria o "Doutor" (Luiz Carlos Vasconcelos), o médico, que faz as vezes de confessor dos presidiários é que vai repetir o esquema redundante de: atender o preso, perguntar qual é sua história, flashback relatando como o preso chegou até ali, retorno ao presídio, cotidiano... Como a trajetória clássica do herói, vista milhares de vezes, ele teria que aprender algo, que se transformar, é o que se espera.

Novamente Babenco não faz a opção: mantendo o espectador afastado cria um médico insosso, que parece não se tocar com nada, que sorri complacente, não se impressiona, não se envolve, é sempre como se olhasse friamente por um microscópio os micróbios, como eles se comportam, suas formas... não funciona como alguém que se dispõe a enfrentar o que enfrenta e que diz que está contando a história de um ponto de vista, a dos presos.

O afastamento, tão comum aos "cinemas novos", que pretendiam não envolver de forma alienada os espectadores entorpecendo sua razão, que queriam manter os espectadores sempre atentos, que sempre lembravam: isto não é vida, é filme, pense, pense, pense... não é o mesmo de Hector Babenco. Babenco joga suas iscas, quer fazer o público simpatizar com os personagens, para isto lança mão de interpretações naturalistas. É Pixote, 22 anos mais velho, morando no presídio.

Tipos conhecidos

Os atores, de uma nova geração, derramam talento, da mesma forma que os mais experientes. Infelizmente seus personagens são rasos, tipos por demais conhecidos na dramaturgia: Majestade (Ailton Graça) o malandro sedutor; Zico (Wagner Moura), tão desejoso de ser amado que, pela fragilidade, acaba se bestializando; Deusdete (Caio Blat) o "bom moço" que só queria "limpar a honra da irmã"; Sem

Chance (Gero Camilo) o simplório apaixonado; Lady Di (Rodrigo Santoro querendo mostrar que é mais do que um galã), o travesti clássico do cinema brasileiro; Nego Preto (Ivan de Almeida), o preso que faz as vezes de juiz e algoz; Seu Chico (Milton Gonçalves) o vovô que sofre por seus erros e que não entra no esquema da prisão... são figuras tão exaustivamente manjadas que não servem para o que o diretor pretende, que é nos fazer compreendê-los como seres humanos e simpatizar com eles.

Não funciona como denúncia, também, o espaço físico do presídio: a forma com que os presos transitam parece mais a de uma favela e acaba por causar a sensação de que "não é tão ruim assim". Dentro deste quadro o efeito panela de pressão não é criado e os motivos que levaram à rebelião parecem simplistas, como é simplista a sequência do massacre.

Rebelião e Poder Público

O massacre tem estrutura de videoclipe e não chega a horrorizar as platéias já traquejadas na arte da metralhadora, do sangue que jorra, do corpo que cai com os braços abertos para lembrar a crucificação, do cachorro que cheira com desprezo os corpos. Mais eficaz, que realmente incomoda, é a humilhação a que são submetidos os sobreviventes, os corpos nus, a saudação à polícia de choque.

Carandiru é um filme correto, bonito em muitos pontos, até bem intencionado, entretanto não dá para deixar de dizer: é extremamente despolitizado. Como falar sobre Carandiru e não denunciar que tanto a rebelião quanto o massacre tiveram o mesmo autor: o poder público? O poder público, no filme, ou é representado pelo diretor do presídio (Antonio Grassi), que pode até ser considerado "bonzinho" ou é mencionado de forma superficial, como sendo "véspera de eleição".

O governador da época (é bom lembrar: Luiz Antônio Fleury Filho) desconhecendo o que evidentemente estava anunciado que iria acontecer.

O que deixa aberto para concluir é que a rebelião teve um motivo banal, quando o motivo, não devemos esquecer, é o sistema penitenciário que gera distorções como superlotação nos presídios, para não citar outras atrocidades.

Outra dedução: o massacre foi apenas um destempero de sádicos, como quando o policial finge que não vai assassinar um preso para este "viver para contar história" e depois volta para se divertir dizendo "mudei de idéia", o executando em seguida. E o pior é depois os depoimentos, em tom de documentário, que nos explicam "que foi pura maldade" enquanto nos fazem rir quando Lady Die Sem Chance dizem que o que os salvou "foi o amor". O filme, que em muitos momentos parece um panfleto, aqui se mostra irrecuperavelmente vazio.

Luciana Rodrigues é cineasta e professora de cinema.

MAIO 2003

PUBLICAÇÃO
DA TENDÊNCIA
DEMOCRACIA
SOCIALISTA
DO PT

TEMPLE